

# PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

*estados, df e municípios*

Programa de Fiscalização  
em Entes Federativos – V03º  
Ciclo

Número do Relatório: 201602534

## Sumário Executivo Nova Lima/MG

### Introdução

O presente trabalho versa sobre o Terceiro Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos, envolvendo o Município de Nova Lima/MG.

Foram analisados os programas de governo geridos com recursos federais pertinentes às seguintes áreas de atuação:

- Educação: Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- Saúde: Atenção Básica em Saúde; Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde; Programa Saúde da Família.
- Obras: Apoio a projetos de infraestrutura turística, no âmbito do Ministério do Turismo e Estruturação de serviços de atenção às urgências e emergências da rede assistencial do Ministério da Saúde.

O total de recursos fiscalizado importou em R\$ 13.360.552,28, correspondendo ao período de 1º de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2016, à exceção das demandas provenientes da análise do Apoio a projetos de infraestrutura turística, no âmbito do Ministério do Turismo e Estruturação de serviços de atenção às urgências e emergências da rede assistencial do Ministério da Saúde, respectivamente, relacionadas aos interstícios de tempo de 26 de agosto de 2008 a 02 de setembro de 2016 e de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2016.

Os trabalhos de campo foram desenvolvidos de 1º a 5 de agosto de 2016, no âmbito da Prefeitura Municipal. Não houve óbice do ente federado às atividades de fiscalização desempenhadas pela equipe de fiscalização.

## Indicadores Socioeconômicos do Ente Fiscalizado

<b>População:</b>	80998
<b>Índice de Pobreza:</b>	11,05
<b>PIB per Capita:</b>	33.054,49
<b>Eleitores:</b>	51153
<b>Área:</b>	428

Fonte: Sítio do IBGE.

## Informações sobre a Execução da Fiscalização

### Ações de controle realizadas nos programas fiscalizados:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
MINISTERIO DA EDUCACAO	Educação Básica	1	1.131.062,00
<b>TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA EDUCACAO</b>		<b>1</b>	<b>1.131.062,00</b>
MINISTERIO DA SAUDE	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	1	1.235.141,73
	Execução Financeira da Atenção Básica	1	13.033.751,22
	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	2	2.000.000,00
	GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL	1	Não se Aplica
<b>TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA SAUDE</b>		<b>5</b>	<b>16.268.892,95</b>
MINISTERIO DO TURISMO	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	1	3.250.000,00
<b>TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DO TURISMO</b>		<b>1</b>	<b>3.250.000,00</b>
<b>TOTALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO</b>		<b>7</b>	<b>20.649.954,95</b>

Os executores dos recursos federais foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 26 de outubro de 2016, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

## Consolidação de Resultados

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae desenvolvido no município de Nova Lima/MG, a equipe identificou que, em visita às unidades da rede pública municipal de ensino, por amostragem não probabilística, e ao depósito da Secretaria Municipal, detectaram-se vulnerabilidades na execução do Programa quanto ao processo de armazenamento dos alimentos ou ao local de preparação da merenda escolar, bem como baixa qualidade dos hortifrutigranjeiros entregues nas escolas. Ademais, os cardápios elaborados pela nutricionista responsável não apresentam os valores per capita e nutricional de cada alimento, não permitindo, desta forma, verificar a cobertura mínima exigida pelos normativos em vigor. Alie-se a este fato, o descumprimento da carga horária por parte da equipe de nutricionistas vinculada ao Pnae. Quanto ao funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar, verificou-se que a Prefeitura de Nova Lima não proveu estrutura suficiente para os trabalhos a serem desenvolvidos, restando necessária, ainda, capacitação de seus membros.

Em se tratando dos Programas/Ações do Ministério da Saúde, no que se refere à gestão da Estratégia de Saúde da Família (ESF), verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima/MG não contratou Agentes Comunitários de Saúde em substituição aos que deixaram a estratégia, de forma a garantir a cobertura destes profissionais em todas as micro áreas. Quanto às infraestruturas das UBSs, constatou-se notadamente que o Centro de Saúde Vera Wanderley Dias (CNES: 2117444), o Centro de Saúde José de Almeida (CNES: 2117274), o Centro de Saúde Jardim Canadá (CNES: 2115972), e o Centro de Saúde Milton Ciro Machado (CNES: 2116081), apresentaram deficiências em toda a sua estrutura. Em relação às Equipes de Estratégia Saúde da Família, verificou-se que os médicos que as compõem vêm descumprindo a carga horária. Também foi constatada falha no tocante ao Cadastro do conselho Municipal de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos conselhos de Saúde – SIACS. Quanto à contratação dos Agentes de Combate as Endemias para atuarem no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, verificou-se que o município não repôs tempestivamente o seu quadro de profissionais e posteriormente realizou a contratação temporária de profissionais, contrariando a Lei Municipal nº 2167/2010. Foi fiscalizada, também, a obra de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, na qual foi verificada ausência de repasse da última parcela pelo Fundo Nacional de Saúde e morosidade no início do seu funcionamento.

Em relação ao Ministério do Turismo, a fiscalização incidiu sobre a execução do objeto do Contrato de Repasse nº 254.502-20, celebrado com o Ministério do Turismo, visando à implantação da 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima. Verificou-se que não havia funcionalidade da avenida, que não havia previsão de recursos orçamentários suficientes para execução do objeto, que ocorreu possível restrição à competitividade da licitação e que ocorreram situações que indicam a existência de conluio de empresas na elaboração das propostas de preços da licitação.

**Ordem de Serviço:** 201601975

**Município/UF:** Nova Lima/MG

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** NOVA LIMA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos Financeiros:** R\$ 1.131.062,00

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 1º a 05 de agosto de 2016 e objetivaram avaliar a aplicação dos recursos do programa Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – Pnae no município de Nova Lima/MG.

A ação fiscalizada destina-se a repasse suplementar de recursos financeiros para oferta de alimentação escolar aos estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica das redes públicas e de entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, com o objetivo de atender às necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes.

Os critérios utilizados pela equipe de fiscalização visaram a verificar os seguintes aspectos:

- análise financeira e planejamento das aquisições;
- consistência da liquidação da despesa;
- condições de armazenagem e os controles de recebimento adotados, quando da visita às unidades escolares;
- atuação do controle social na execução do programa;

Na consecução dos trabalhos, foi analisada a aplicação dos recursos financeiros federais repassados ao Município no período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 30 de junho de 2016, pelo Ministério da Educação, no âmbito do Pnae.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

**2.1.1. Informações relativas à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae - no município de Nova Lima nos exercícios de 2015 e 2016.**

## Fato

Com o objetivo de contribuir para a alimentação escolar em Nova Lima, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE transferiu ao município R\$1.181.740,00 entre março de 2015 e julho de 2016.

Os recursos federais foram depositados em conta corrente específica e movimentados exclusivamente nos objetos previstos pela legislação pertinente, conforme previsto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Foram disponibilizados e analisados seis processos licitatórios, realizados no período compreendido entre 2015 e 2016, identificados a seguir:

*Quadro – Processos licitatórios analisados*

Nº Processo Licitatório	Objeto
Processo nº 015/2015 (Pregão nº 008/2015)	Aquisição de carnes e embutidos para alimentação escolar da rede municipal de ensino do Município de Nova Lima.
Processo nº 032/2015 (Pregão nº 014/2015)	Aquisição de Gêneros Alimentícios para as escolas municipais de Nova Lima.
Processo nº 088/2015 (Pregão nº 043/2015)	Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção das escolas municipais da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Lima.
Processo nº 155/2015 (Pregão nº 080/2015)	Aquisição de açúcar para a complementação da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Lima.
Processo nº 859/2015 (Chamada Pública nº 002/2015)	Aquisição de polpa de frutas da agricultura familiar para a manutenção do Programa de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.
Processo nº 059/2016 (Chamada Pública nº 003/2016)	Aquisição de polpa de frutas da agricultura familiar para a manutenção do Programa de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lima

Das análises resultaram correções formais, que não caracterizaram limitações à competição, sobrepreço ou superfaturamento.

Foram realizadas visitas às seguintes unidades da rede pública municipal de ensino: Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, Escola Municipal Martha Drummond Fonseca, Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte, Ensino Infantil Pré-Escolar Municipal - PEM - Áurea Lima Taveira, por amostragem não probabilística, além de inspeção física no depósito da Secretaria Municipal de Nova Lima, todas com o objetivo de verificar as condições de armazenamento dos alimentos e o local de preparação da merenda escolar.

### **2.1.2. Instalações inadequadas para garantir o bom acondicionamento e o preparo dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar.**

## Fato

Em visita às unidades da rede pública municipal de ensino, Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, Escola Municipal Martha Drummond Fonseca, Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte, Ensino Infantil Pré-Escolar Municipal - PEM -Áurea Lima Taveira, por amostragem não probabilística, e ao depósito da Secretaria Municipal de Nova Lima, detectaram-se vulnerabilidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, relacionadas ao processo de armazenamento dos alimentos ou ao local de preparação da merenda escolar, conforme registros fotográficos a seguir:

a) Depósito da Secretaria Municipal de Educação de Nova Lima:

*Quadro- Registros Fotográficos realizados no Depósito da Secretaria Municipal de Educação, em 03 e 05 de agosto de 2016.*

	
Foto 01 – Porta de acesso ao depósito da Secretaria Municipal de Educação de Nova Lima sem protetor na porta para impedir a entrada de roedores e insetos. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.	Foto nº 02 - Porta de entrada ao depósito principal dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar sem ajuste adequado ao batente, permitindo por meio de fresta a entrada de pequenos roedores e insetos. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.





Foto 03 – Gêneros alimentícios destinados à merenda escolar estocados no saguão principal de acesso ao depósito da Secretaria Municipal de Educação de Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto 04 – Parte da janela do estoque da merenda escolar sem proteção contra a incidência de raios solares, permitindo, dessa forma, a incidência da luz solar sob os produtos estocados. Nova Lima (MG), 03 de agosto de 2016.



Foto nº 05 - Produtos estocados rente à parede, impedindo a ventilação dos mesmos. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto nº 06 - Produtos estocados rente à parede, impedindo a ventilação dos mesmos. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.

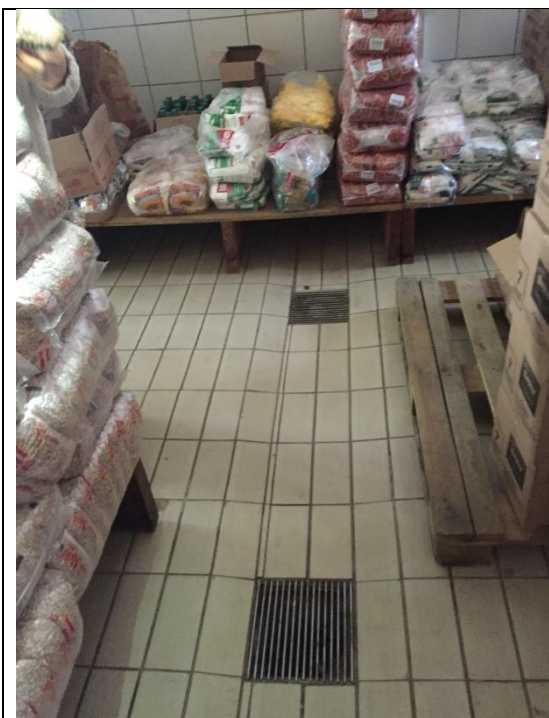


Foto 07- Presença de ralos sem tampa ou outro dispositivo dentro do almoxarifado, permitindo que roedores e insetos o utilizem para moradia. Nova Lima (MG), 03 de agosto de 2016.



Foto nº 08 - Fiação aparente o que pode ocasionar risco para os produtos estocados. Nova Lima (MG), 03 de agosto de 2016.

b) Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe:

*Quadro- Registros Fotográficos realizados na Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, em 05 de agosto de 2016.*

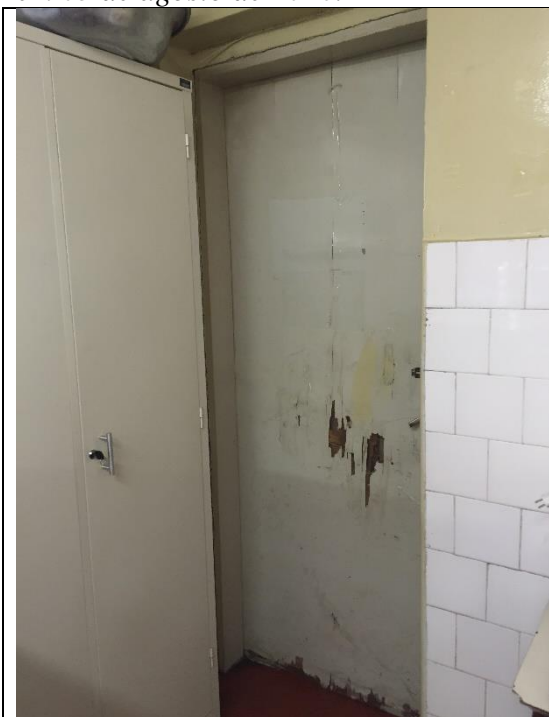


Foto 09 - Porta de acesso ao local onde são armazenados os gêneros alimentícios não está



Foto 10 - Janela transparente, sem proteção contra os raios solares, permitindo, dessa forma, a incidência



integra. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.

de sol sob os produtos estocados. Forro de PVC apresentando fresta, o que pode servir de morada para insetos. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto 11 - Ausência de telas milimétricas e ajustadas ao batente das janelas da cozinha. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.

c) Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte – Anexo II – Ensino Infantil:

*Quadro- Registros Fotográficos realizados no Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte – Anexo II – Ensino Infantil, em 05 de agosto de 2016.*



Foto 12 - Local onde estão armazenados os gêneros alimentícios não possui cobertura até o teto de forma a impedir a entrada de pragas, roedores e outros insetos. Lixo próximo ao local onde são armazenados os gêneros alimentícios. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto 13 – Local onde são armazenados os gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto 14 - Local onde são armazenados os gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto 15 - Ralos sem tampas ou outro dispositivo que permita o seu fechamento. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.

c) Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte – Anexo I – Ensino Infantil

*Quadro- Registro Fotográfico realizados no Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte – Anexo I, em 04 de agosto de 2016.*



Foto nº 16 – Hortifrutigranjeiros estocados abaixo da pia da cozinha, perto do calor intenso emanado no fogão, podendo ocasionar deterioração acelerada dos produtos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.



Foto nº 17 – Detalhe dos hortifrutigranjeiros estocados abaixo da pia da cozinha no Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte – Anexo I. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.

d) Escola Municipal Martha Drummond Fonseca:

*Quadro- Registros Fotográficos realizados na Escola Municipal Martha Drummond Fonseca, em 04 de agosto de 2016.*





Foto nº 18 – Presença de amplos ralos sem tampas ou outros dispositivos que permitam o seu fechamento por toda a cozinha da Escola Municipal Martha Drummond Fonseca, favorecendo o aparecimento de insetos vetores mecânicos de diversos patógenos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.



Foto nº 19 - Presença de amplos ralos sem tampas ou outros dispositivos que permitam o seu fechamento por toda a cozinha da Escola Municipal Martha Drummond Fonseca, favorecendo o aparecimento de insetos vetores mecânicos de diversos patógenos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.

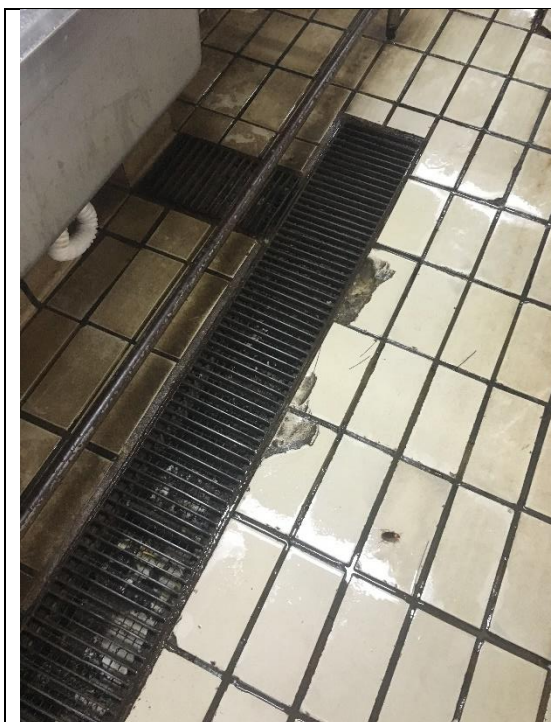


Foto 20 – Presença de baratas durante a limpeza da cozinha que adentraram no local pelos ralos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.



Foto nº 21 - Presença de baratas durante a limpeza da cozinha que adentraram no local pelos ralos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.



Foto 22 – Presença de baratas durante a limpeza da cozinha que adentraram no local pelos ralos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.



Foto nº 23 - Ausência de telas milimétricas e ajustadas ao batente das janelas da cozinha. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.

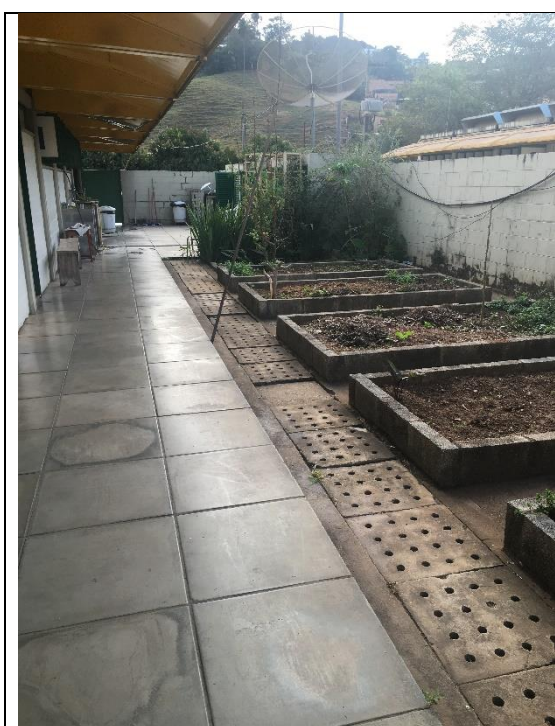


Foto 24 – Presença de canaletas de concreto de água pluvial em torno da parte externa da cozinha, favorecendo o aparecimento de insetos vetores mecânicos de diversos patógenos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.



Foto nº 25 – Porta de entrada do depósito dos gêneros alimentícios destinados a merenda escolar sem proteção visando impedir a entrada de insetos e roedores. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.

e) Pré-Escolar Municipal - PEM -Áurea Lima Taveira:

*Quadro- Registros Fotográficos realizados na PEM Áurea Lima Taveira, em 04 de agosto de 2016.*





Foto 26 – Presença de ralos sem tampas ou outros dispositivos que permitam o seu fechamento, favorecendo o aparecimento de insetos vetores mecânicos de diversos patógenos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016



Foto nº 27 – Porta de entrada do depósito dos gêneros alimentícios destinados a merenda escolar sem proteção visando impedir a entrada de insetos e roedores. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.

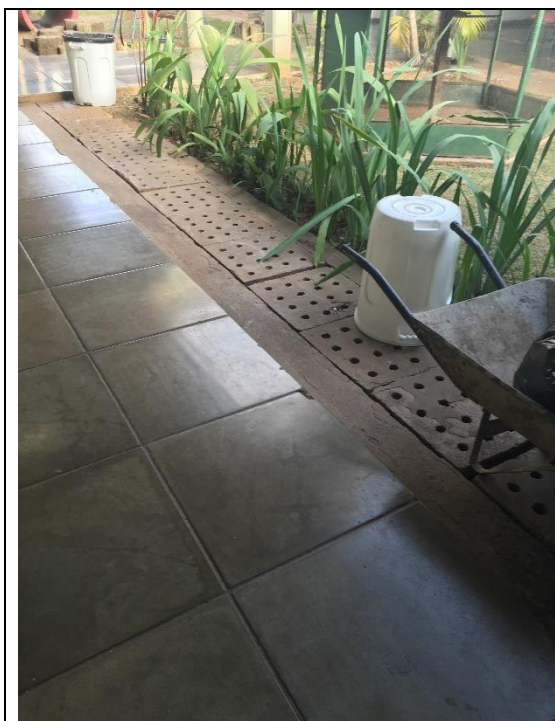


Foto 28 – Presença de canaletas de concreto de água pluvial em torno da parte externa da cozinha, favorecendo o aparecimento de insetos vetores mecânicos de diversos patógenos. Nova Lima (MG), 04 de agosto de 2016.



## **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 363, de 26 de outubro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Quanto às vulnerabilidades relatadas neste item e referentes à adequação de infraestrutura, esclarecemos que a crise financeira pela qual atravessa o município tem dificultado um atendimento mais célere nas questões de manutenção das escolas, contudo, já foram iniciadas as obras de reparos e melhorias de forma a eliminar tais vulnerabilidades.*

*Foi feito levantamento recente das demandas de todas as escolas, e um plano de adequação já em andamento onde estão programadas a instalação de protetores e batentes nas portas de acesso aos ambientes de armazenagem de produtos, bem como borrachas de vedação de portas, telas milimétricas de vedação em janelas e vãos, mecanismos de proteção quanto à luz solar nas janelas, instalação de tampos de ralos, vedação de fiação elétrica, bem como obras de vedação de canaletas abertas, trocas de portas e armários, dentre outros”.*

## **Análise do Controle Interno**

O gestor encaminhou fotos da obra em andamento do fechamento das cancelas na cozinha da Escola Municipal Martha Drumond Fonseca, da redistribuição dos gêneros alimentícios no Depósito da Secretaria Municipal de Educação de Nova Lima de forma a permitir a ventilação desses, bem como da fixação de tela até o teto e de protetor de porta no depósito de gêneros alimentícios do Centro de Educação Infantil Nancy Romani – Anexo II, de forma a sanar parte das impropriedades relatadas. Entretanto conforme resposta da Prefeitura, o município não tem condições financeiras de arcar celeremente com todas as questões.

### **2.1.3. Baixa qualidade dos hortifrutigranjeiros entregues nas escolas.**

#### **Fato**

Em visita realizada à Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, constatou-se que apesar de haver controle de estoque dos gêneros alimentícios, bem como visita do profissional de nutrição, a verificação da qualidade dos hortifrutigranjeiros entregues nas escolas é frágil. Como evidência de tal situação, detectou-se a existência de hortifrutigranjeiros miúdos, prejudicados e de qualidade inferior à disponível no mercado, conforme registros fotográficos dispostos a seguir:

*Quadro: Registro fotográfico dos hortifrutigranjeiros destinados à merenda escolar na Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe.*



Foto 29 – Abóbora pequena e grande rugosidade gerando dificuldades de manuseio e desperdício na sua utilização. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto nº 30 -Batatas danificadas entregues na semana de nossa inspeção, na Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, destinadas à merenda escolar. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.



Foto 31 – Mamões danificados entregues na semana de nossa inspeção, na Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, destinados à merenda escolar. Nova Lima (MG), 05 de agosto de 2016.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 363, de 26 de outubro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Diversas ações já foram tomadas no intuito de garantir que os alimentos cheguem às escolas com a qualidade nos padrões descritos no processo licitatório. Em relação aos hortifrutigranjeiros, as coordenadoras de cozinha (serventes escolares que exercem a*

*função de liderança em relação às outras serventes), desde sempre receberam orientações em relação ao tipo e à qualidade de produtos que devem ser entregues nas escolas. As informações são veiculadas através de descritivos de especificações entregues às coordenadoras de cozinha, orientações in loco nas escolas pelas nutricionistas e em reuniões frequentes desenvolvidas pelo Núcleo de Nutrição da Secretaria de Educação, além de palestra em relação ao tema com profissionais da área agrícola junto às coordenadoras de cozinha*

*Ainda assim, quando os produtos de hortifrutigranjeiros são entregues fora de sua especificação ou impróprios para consumo, as coordenadoras de cozinha são instruídas a devolvê-los e procede-se à substituição dos mesmos, como pode ser verificado nos documentos fiscais de devolução de mercadorias.*

*Além disso, a Secretaria de Educação já está viabilizando um técnico agrícola para atuação junto ao CEASA, para conferência das cargas antes que estas sejam despachadas para as escolas, garantindo maior qualidade dos produtos adquiridos”.*

## **Análise do Controle Interno**

Em que pese a resposta do gestor, bem como o documento encaminhado de devolução de gêneros alimentícios perecíveis, datado de 09 de agosto de 2015, e de notificação ao fornecedor para a entrega de outros produtos para a devida substituição, bem como o e-mail orientativo às escolas da rede municipal; a verificação do controle de qualidade dos hortifrutigranjeiros merece atenção constante por parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação.

### **2.1.4. Cardápios elaborados pelo profissional de nutrição não contém os elementos que possam permitir cálculos sobre a cobertura nutricional mínima exigida pela legislação.**

#### **Fato**

Os cardápios elaborados pela nutricionista responsável não apresentam os valores per capita e nutricional de cada alimento, não permitindo, desta forma, verificar a cobertura mínima nutricional exigida pelos normativos em vigor.

Estes fatos contrariam os §§§ 2º, 7º e 8º, do art.14, e o art. 19 da Resolução CD/FNDE nº 23, de 17 de junho de 2013, transcritos a seguir:

*“Art. 14 Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.*

[...]

*§2º Os cardápios deverão ser planejados para atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto no Anexo III desta Resolução, de modo a suprir:*

*I - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, duas refeições, para as creches em período parcial;*

*II - no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para as creches em período integral, inclusive as localizadas em comunidades indígenas ou áreas remanescentes de quilombos;*

*III - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, por refeição ofertada, para os alunos matriculados nas escolas localizadas em comunidades indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos, exceto creches;*

*IV - no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os demais alunos matriculados na educação básica, em período parcial;*

*V - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, quando ofertadas duas ou mais refeições, para os alunos matriculados na educação básica, exceto creches em período parcial; e*

*VI - no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos participantes do Programa Mais Educação e para os matriculados em escolas de tempo integral.*

[...]

*§7º Os cardápios, elaborados a partir de Fichas Técnicas de Preparo, deverão conter informações sobre o tipo de refeição, o nome da preparação, os ingredientes que a compõe e sua consistência, bem como informações nutricionais de energia, macronutrientes, micronutrientes prioritários (vitaminas A e C, magnésio, ferro, zinco e cálcio) e fibras. Os cardápios devem apresentar, ainda, a identificação (nome e CRN) e a assinatura do nutricionista responsável por sua elaboração.*

*§8º Os cardápios com as devidas informações nutricionais de que trata o parágrafo anterior deverão estar disponíveis em locais visíveis nas Secretarias de Educação e nas escolas.*

[...]

*Art. 19 A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.”*

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 363, de 26 de outubro de 2016, a seguinte manifestação:

*“O trabalho de cálculos nutricionais dos cardápios encontra-se em fase de desenvolvimento e foi apresentado aos fiscais da Controladoria Geral da União durante a visita das mesmas no Núcleo de Nutrição no dia 03/08/2016. Trata-se de um trabalho minucioso e dispendioso em relação a tempo de trabalho. O trabalho de cálculo nutricional gerará, tão logo seja*

*finalizado, o Manual da Alimentação Escolar de Nova Lima – MG, contendo as fichas técnicas de todas as preparações, per capita e cálculos de nutrientes conforme previsto na Resolução 26 de 17 de junho/2016 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. As informações nutricionais não estão disponibilizadas nos cardápios por motivo de o processo de cálculo de nutrientes não ter sido totalmente finalizado”.*

## **Análise do Controle Interno**

O gestor encaminhou exemplos de receitas (bolo de cenoura, mingau de aveia e arroz simples) de cardápios com as informações nutricionais calculadas pelo Núcleo de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, além de modelos de cálculos de nutrientes de preparações servidas. Ademais, enviou, também, o protótipo do Manual da Alimentação Escolar de Nova Lima – MG.

Estes fatos demonstram o empenho do gestor em sanar as impropriedades citadas.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1. Infraestrutura insuficiente para o Conselho de Alimentação Escolar - CAE desenvolver suas atividades.**

#### **Fato**

A avaliação da efetividade das atividades desenvolvidas, bem como do funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, amparou-se tanto em entrevistas realizadas com todos integrantes do referido Conselho, quanto com os servidores das Escolas Municipais Áurea Lima Taveira Lima, Carlos Henrique Roscoe, Martha Drummond Fonseca e Centro de Educação Infantil Nancy Romani Duarte, além dos registros de atividades constantes nas atas de reunião e nos relatórios de visitas às escolas municipais, entre janeiro de 2015 e 30 de junho de 2016.

Verificou-se que, conforme informação prestada pelos membros do Conselho de Alimentação Escolar, falta infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades, como computador com acesso à internet e impressora com papel, local para guarda dos documentos disponibilizados para análise e os gerados pelo referido conselho. Este fato está em desacordo com o disposto no inciso I do art. 36 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que estabelece como competência da Prefeitura:



*“Art. 36 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem:*

*I - garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:*

*a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;*

*b) disponibilidade de equipamento de informática;*

*c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e*

*d) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, previstos no Plano de Ação do CAE, necessários às atividades inerentes às suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.”*

Ressalta-se, também, que os integrantes do CAE não receberam capacitação para o exercício de suas competências e atribuições e não têm acompanhado os procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura, apesar da sua atuação satisfatória.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 363, de 26 de outubro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Informamos que foi disponibilizado e já está em uso pelo Conselho de Alimentação Escolar o imóvel situado à Rua Antônio Serafim da Silveira, nº 50, Bairro Matadouro, Nova Lima, com toda estrutura necessária para o bom funcionamento do CAE, equipado com impressoras, notebooks, acesso à internet, sala de reuniões, telefone. O uso será compartilhado com o Conselho Municipal de Educação.*

*Com relação à capacitação dos conselheiros, a Presidente do CAE nos solicitou, inicialmente, uma capacitação com tema licitação, a qual já foi solicitada ao Setor competente da Prefeitura”.*

#### **Análise do Controle Interno**

O objetivo da infraestrutura adequada e da capacitação visa o bom funcionamento operacional do Conselho de Alimentação Escolar. O gestor informou as providências adotadas para o saneamento dos fatos apontados neste Relatório. Para comprovar a solicitação de capacitação em licitação para os integrantes do CAE, o gestor encaminhou um e-mail, de 08 de setembro de 2016, enviado ao setor de licitações da Prefeitura para a adoção das respectivas medidas.

**2.2.2. Falta de elaboração da pauta de compras pelo profissional de nutrição dos gêneros alimentícios a serem adquiridos para a alimentação dos escolares pela Prefeitura Municipal de Nova Lima.**

#### **Fato**

O profissional de nutrição não elaborou pauta de compras que corresponde ao levantamento dos gêneros alimentícios e quantitativos, baseados em parâmetros nutricionais definidos pelo FNDE para a educação básica, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, que deveriam compor o procedimento licitatório, de acordo com os cardápios que deveriam ser elaborados antes do início do ano letivo.

Este fato contraria os §§ 2º e 7º, do art.14, e o art. 19 da Resolução CD/FNDE nº 23, de 17 de junho de 2013, transcritos a seguir:

*“Art. 14 Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.*

[...]

*§2º Os cardápios deverão ser planejados para atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto no Anexo III desta Resolução, de modo a suprir:*

*I - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, duas refeições, para as creches em período parcial;*

*II - no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para as creches em período integral, inclusive as localizadas em comunidades indígenas ou áreas remanescentes de quilombos;*

*III - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, por refeição ofertada, para os alunos matriculados nas escolas localizadas em comunidades indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos, exceto creches;*

*IV - no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os demais alunos matriculados na educação básica, em período parcial;*

*V - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, quando ofertadas duas ou mais refeições, para os alunos matriculados na educação básica, exceto creches em período parcial; e*

*VI - no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos participantes do Programa Mais Educação e para os matriculados em escolas de tempo integral.*

[...]

*§7º Os cardápios, elaborados a partir de Fichas Técnicas de Preparo, deverão conter informações sobre o tipo de refeição, o nome da preparação, os ingredientes que a compõe e sua consistência, bem como informações nutricionais de energia, macronutrientes, micronutrientes prioritários (vitaminas A e C, magnésio, ferro, zinco e cálcio) e fibras. Os cardápios devem apresentar, ainda, a identificação (nome e CRN) e a assinatura do nutricionista responsável por sua elaboração.*

[...]

*Art. 19 A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá*

*ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.”*

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 363, de 26 de outubro de 2016, a seguinte manifestação:

*“O Núcleo de Nutrição é da Secretaria Municipal de Educação que cuida da alimentação escolar dos cerca de 9.000 alunos da rede municipal de ensino de Nova Lima. O trabalho das nutricionistas se divide entre atividades de planejamento e o desempenho de ações in loco nas escolas.*

*Em relação às compras, são elaboradas anualmente Projetos Básicos, onde são escritos e quantificados os itens necessários para o cumprimento dos cardápios elaborados pelas nutricionistas para atendimento do ano letivo (cardápios são elaborados e enviados às escolas a cada 45 dias), sendo que os quantitativos dos gêneros a serem adquiridos, outras informações tais como políticas de recebimento e de troca, endereços de entregas de gêneros, prazos para pagamentos, dentre outros.*

*Em relação à adequação dos cardápios no que diz respeito às necessidades nutricionais, foi disponibilizado às fiscais que visitaram o Núcleo de Nutrição o estudo que estava em andamento referente aos cálculos nutricionais e a comparação dos mesmos em relação à legislação vigente. Foram relatadas mudanças em relação ao tipo de alimento oferecido às crianças, em atendimento ao artigo 14, parágrafo 3º ‘cabe ao nutricionista responsável técnico a definição do horário e do alimento adequado a cada tipo de refeição, respeitada a cultura alimentar’ e os cálculos que estavam sendo realizados para a conferências das ofertas nutricionais dos novos cardápios e dos habituais. Estão sendo determinados em conjunto com os cálculos nutricionais os per capita de todas as preparações servidas nos cardápios”.*

### **Análise do Controle Interno**

Os gêneros alimentícios destinados à merenda escolar foram adquiridos conforme série histórica de consumo. A nutricionista não elaborou pauta de compras referente que corresponde a uma lista dos gêneros alimentícios e respectivos quantitativos, baseados nos critérios nutricionais definidos pelo FNDE para a educação básica, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, que deveriam compor o procedimento licitatório, de acordo com os cardápios que deveriam ser elaborados antes do início do ano letivo.

Salienta-se que está em andamento no Núcleo de Nutrição de Nova Lima estudo sobre à adequação dos cardápios às necessidades nutricionais dos discentes definidas pelo FNDE.

Ressalta-se que o gestor encaminhou documentos digitalizados de exemplos de projetos básicos dos editais de licitação (carnes, gêneros estocáveis, hortifrutigranjeiros, pão, gás de cozinha), bem como exemplos de cardápios elaborados para as escolas.

### **2.2.3. Descumprimento da carga horária por parte da equipe de nutricionistas vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.**

## **Fato**

Um dos aspectos necessários para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae - é o cumprimento da carga horária por parte da equipe de nutricionistas.

Considerando-se que o município de Nova Lima possui 9.296 alunos matriculados na rede municipal, a equipe de nutricionistas deve ser composta por cinco profissionais, sendo um deles o responsável técnico, e os demais componentes do quadro técnico, sendo que a carga horária técnica mínima semanal recomendada é de 30 horas, conforme Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465/2010, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências.

A Prefeitura de Nova Lima possui sete nutricionistas da Secretaria de Saúde alocadas na Secretaria de Educação. Entretanto, tais profissionais não cumprem a carga horária semanal recomendada pela Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465/2010. Isso porque a Lei Municipal nº 2.188, de 27 de dezembro de 2010, que *“dispõe sobre a redução da carga horária diária dos servidores públicos municipais pertencentes à família ocupacional saúde, subgrupo saúde 1, indicados na Lei Municipal 2.023/2007, além de dar outras providências”*, reduziu a carga horária desses profissionais. É oportuno transcrever o conteúdo da Lei:

*“Art. 1º - Fica assegurado, aos Servidores Públicos Municipais detentores de cargos públicos de Assistente Social, Biólogo, Bioquímico, Farmacêutico, Enfermeiro, Odontólogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo e Nutricionista, pertencentes à Família Ocupacional Saúde, Subgrupo Saúde 1, a redução de jornada de 6h (seis horas) para 4h (quatro horas) diárias.*

*Parágrafo único – Aqueles que optarem pela jornada de 6h, o farão sob a condição de ser instituída justificadamente pela Secretaria onde o servidor for lotado, plano de trabalho através da respectiva portaria, de modo que a remuneração terá, como base, a compensação salarial de 50% sobre a remuneração da jornada de 20 horas semanais.*

*Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2010”.*

Diante disso, verifica-se que as nutricionistas vinculadas ao Pnae executam carga horária de quatro horas diárias, muito embora seus vencimentos sejam correspondentes a seis, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2009, de 04 de agosto de 2009. Aliado a esse fato, deve-se considerar que a jornada de quatro horas diárias compromete a execução do programa, especificamente em relação à capilaridade da cobertura das unidades escolares por parte das nutricionistas.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, em complemento ao Ofício PROJU nº 363/2016, enviado em 26 de outubro de 2016, a Prefeitura de Nova Lima encaminhou o Ofício nº 387/2016, de 09 novembro de 2016:

*“Em complemento ao Ofício PROJU nº 363/2016, enviado a esta Controladoria Regional em 26/10/2016, servimo-nos do presente expediente para esclarecer os seguintes pontos:*

*Inicialmente, sobreleva frisar que ocorreu no âmbito do Município de Nova Lima, por força de decisão proferida pelo Eg. TSE, tardia troca de Governo, tendo sido a gestão passada afastada de suas funções.*

*Consectário de tal decisão foi convocado para ocupar a função de Prefeito Municipal o segundo colocado do pleito anterior (2012-2016), o que somente veio a ocorrer ao final de setembro/2016.*

*Ora em razão do projeto político idealizado, ora em razão de pedido voluntário, fato é que foram substituídos os agentes políticos (Secretários Municipais) e cargos comissionados de chefiam gestão e assessoramento, o que implica em um necessário período para que essa nova equipe possa se inteirar de todas as situações e pendências locais.*

*Dito isso, esclarecemos que em relação à jornada de trabalho dos servidores **nutricionistas**, estes profissionais foram originalmente concursados para uma carga horária de 06 (seis) horas diárias. Contudo, o Município, em acordo coletivo de trabalho pactuado em gestão anterior, ratificado por lei municipal, convencionou a redução de jornada de tais profissionais para 04 (quatro) horas diárias.*

*Esta atual Gestão se vê diante de conflito aparente de normas, considerando o princípio da ultratividade na aderência do acordo coletivo ao contrato de trabalho dos servidores, o que implicaria a ampliação da jornada de trabalho daquela carreira em alteração contratual unilateral lesiva, de modo que estão sob análise eventuais soluções para este específico caso”.*

### **Análise do Controle Interno**

De acordo com a manifestação do gestor, resta claro o descumprimento da carga horária laboral dos nutricionistas vinculados ao Pnae. O gestor ressalta que a ampliação de jornada, anteriormente reduzida e formalizada por meio de acordo coletivo, pode gerar eventuais prejuízos ao erário municipal. Entretanto, cabe ao município cumprir o disposto na Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465/2010, não cabendo argumentos de conflitos de normas, tendo em vista os preceitos do Pnae, sendo facultado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, suspender o repasse dos recursos do programa quando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não executarem o Programa de acordo com as legislações pertinentes, conforme disposto no art. 41, IV da Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, a equipe identificou que, em relação ao armazenamento e ao local de preparação dos alimentos, há vulnerabilidades quanto ao acesso de insetos e roedores nos alimentos estocados em escolas e no depósito da Secretaria Municipal de Educação, bem como a incidência de luz solar. Ademais, verificou-se o descumprimento da carga horária por parte das nutricionistas, dentre outras falhas. Em uma das escolas



visitadas, foram encontradas baratas, sendo necessário vedar os ralos a fim de evitar a contaminação dos alimentos a serem ingeridos pelos alunos.

De modo geral, consideram-se satisfatórios a qualidade da merenda escolar, o processo de aquisição por meio das licitações realizadas e a distribuição dos gêneros alimentícios no município de Nova Lima/MG.

**Ordem de Serviço:** 201602434

**Município/UF:** Nova Lima/MG

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** NOVA LIMA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos Financeiros:** R\$ 1.235.141,73

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados, no período de 01 a 05/08/2016, sobre a aplicação dos recursos da Programação 10305201520AL0001 - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, no município de Nova Lima/MG.

O objetivo da ação de controle teve finalidade de avaliar a aplicação dos recursos financeiros transferidos para custeio das ações governamentais componentes do Bloco de Vigilância em Saúde (Componentes Vigilância e Promoção da Saúde e Vigilância Sanitária), de forma a fiscalizar a execução das despesas de maior relevância, com ênfase na análise dos preços praticados, aplicação de recursos pelos gestores municipais e gerenciamento das ações de campo, mediante análise de contratações de Agentes de Combate à Endemias e gerenciamento de insumos no âmbito das ações de combate ao vetor do *Aedes aegypti*.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos gestores federais, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1. Informação sobre os recursos da Vigilância em Saúde de Nova Lima/MG.

##### Fato

O Fundo Nacional de Saúde - FNS transfere regularmente recursos ao município, por meio dos blocos de financiamento previstos na Portaria nº 204/2007. Em relação ao Bloco de Financiamento da Vigilância em Saúde, os recursos foram creditados na Caixa Econômica Federal, agência nº 1341, conta nº 00624005-2, cuja titularidade é do Fundo Municipal de Saúde de Nova Lima/MG, CNPJ 11.181.004/0001-30. Nos exercícios de 2015 e 1º semestre de 2016, consideradas a data de crédito em conta corrente até 06 de julho de 2016 para efeito de exames, os recursos federais transferidos para a Vigilância em Saúde totalizaram R\$ 1.235.141,73, conforme discriminado por componente na tabela seguinte.

Tabela I - Dos Recursos Creditados na Conta Específica da Vigilância em Saúde  
(janeiro de 2015 a julho de 2016)

Componente	Ação/Serviço	Valor (em R\$)		
		2015	2016*	Total
Piso Fixo de Vigilância Sanitária PFVISA	PPFVISA Piso Fixo de Vigilância Sanitária	53.203,20	17.980,00	71.183,20
Vigilância em Saúde (PFVS)	PFVS Piso Fixo de Vigilância em Saúde	584.056,27	579.902,26	1.163.958,53
	<b>TOTAL</b>	<b>637.259,47</b>	<b>597.882,26</b>	<b>1.235.141,73</b>

Fonte: Sítio do FNS - www.fns.saude.gov.br (consulta de pagamentos). \* Até julho 2016

A análise das despesas de maior relevância realizadas na Vigilância em Saúde de Nova Lima/MG, no período de 01/01/2015 a 30/06/2016, com recursos federais, através da conta mencionada, demonstra que processos de despesas mais relevantes são os seguintes:

Tabela II – Despesas realizadas com os Recursos da Vigilância em Saúde  
no período de 01/01/2015 a 30/06/2016 (R\$)

Natureza	Período	Beneficiários	Tipo de gasto	Valor
Salários e Encargos	Jan a dez 2015	Pessoal/Encargos Atenção Básica	Folha e Contribuições	517.196,73
	Jan - julho 2016	Pessoal/Encargos Atenção Básica	Folha e Contribuições	536.292,17
<b>Soma</b>				<b>1.053.488,90</b>
Natureza	Modalidade/Número	Processo	Tipo de gasto	Valor
Processos licitatórios	Ata Registro de Preços n. 002/2015	Proc. Numero 617 - 2014	Aquisição de 16 Computadores	47.200,00
	Ata Registro de Preços n. 007/2015	Proc. Numero 115 - 2015	Aquisição de Mobiliário	44.284,00
<b>Soma**</b>				<b>91.484,00</b>
<b>Total*</b>				<b>1.144.972,90</b>

Fonte: Documentos contábeis/financeiros, processos licitatórios e dados da folha de pagamento;

Pela análise da Tabela acima, verifica-se que a Secretaria de Saúde optou por alocar os recursos oriundos da União, prioritariamente nas despesas de “folha de pagamento” e encargos de pessoal da área de epidemiologia.

Em análise sobre as despesas de maior materialidade, efetivadas pela Vigilância Sanitária e Epidemiológica, em relação adequabilidade de preços e às suas elegibilidades para utilização dos recursos federais recebidos. Relacionamos as mais expressivas, a saber:

Quadro I – Despesas da Vigilância em Saúde em 2015/2016.

Descrição da Compra	Valor	Data
EPI (lanternas, mascaras, etc.)	R\$ 8.598,00	Jan/2015
Veneno (Raticida)	R\$ 39.834,00	Abril e junho/2015
Câmaras Frias (vacinas)	R\$ 56.400,00	Maio/2015
Computadores (16 Unid.)	R\$ 47.200,00	Maio/2015
Mobiliário (cadeiras)	R\$ 44.284,00	Dez/2015
Aluguel (02 Imóveis, 04 meses)	R\$ 37.704,33	Maio/2016

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1. Ilegalidade na contratação temporária e na prorrogação da contratação de Agentes de Combate às Endemias no município de Nova Lima/MG.**

#### **Fato**

A Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, regulamentada pela Lei nº 11.350, de 05/10/2006, vedou expressamente a contratação temporária ou terceirizada dos Agentes de Combate a Endemias (ACE), caracterizando como irregular o “*contrato extraordinário de prestação de serviços*” celebrado pelo município de Nova Lima /MG.

As possibilidades legais para contratação de ACE restringem-se à realização de concurso público para provimento de cargo efetivo ou de processo seletivo público - que atenda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - para contratação por meio do regime jurídico disciplinado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme hipóteses estabelecidas no art. 37, inciso II, da Constituição Federal e no art. 9º da Lei nº 11.350/2006.

O município de Nova Lima/MG realizou o Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2009, para contratação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e ACE sob o regime de Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e, posteriormente, por meio da Lei Municipal nº 2167/2010, pautando-se na EC nº 51/2006, esses foram efetivados como servidores públicos.

Desde então, muitos ACE deixaram os seus cargos, fazendo com que muitos cargos ficassem vagos, pelo fato do município de Nova Lima/MG não realizar novos concursos para preenchimento dos cargos vagos.

Em 24/01/2014, a Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador apresentou documentos anexos à CI 09/2014, como justificativa técnica para a realização do Processo Seletivo Simplificado – ACE 2014. Em 12/02/2014 a Procuradoria-Geral do Município emitiu parecer GFV-08/14, no qual é favorável a realização do Processo Seletivo para contratação de 30 (trinta) ACE, por um período de 12 (doze) meses, exclusivamente para combate de surtos endêmicos. Então, em 20/03/2014, foi publicado o Edital SEMSA nº 001/2014 para o processo seletivo, que previa a contratação de 30 ACE, com respaldo da do Art. 4º da Lei Municipal nº 1533/1997, o que enseja em contratação **temporária por tempo determinado**.

Confrontando a data da emissão da Circular Interna 09/2014, em 24/01/2014, com a data de 09/06/2014, data prevista para o início do contrato de trabalho dos ACE, conforme

Cronograma do Processo Seletivo, observa-se que todo o processo de contratação transcorre em um período maior que 4 meses.

Considerando que a única justificativa para contratação temporária dos ACE, conforme parecer GFV-08/14, seria exclusivamente para o combate de surtos endêmicos, ao analisar como transcorreu todo o processo de contratação, observa-se que a tese de surto endêmico não se sustenta. Ao encontrar-se em situação de surto endêmico, a situação requer prioridade máxima de todos os setores envolvidos e uma contratação com um cronograma superior a 4 meses não é urgente. Vale lembrar que no mês de julho, data prevista para o início dos trabalhos dos ACE contratados, os índices de surtos endêmicos, de doenças como o da Dengue e outras, já diminuíram, tornando insustentável a justificativa utilizada na contratação.

Destaca-se ainda, que em 12/01/2015, por meio da CI nº 05/15, foi apresentada uma justificativa de renovação do contrato de 24 (vinte e quatro) Agentes de Combates às Endemias por mais 12 meses. Nesta CI, consta que do total de 72 ACE, que realizam os trabalhos de campo, 24 (vinte e quatro) são temporários, ou seja, já representam 1/3 da força de trabalho.

Desta forma, pode-se afirmar que além de não respeitar o que estabelece a Lei Municipal nº 2167/2010, o município realizou contratação temporária, indevida, de ACE sob alegação de surto endêmico e renovou o contrato destes ACE indevidamente, sem que se justificasse a necessidade de contratação temporária por surto endêmico.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 363/2016, de 26/10/2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, apresentou a seguinte manifestação:

*“Quanto à Contratação temporária e prorrogação da contratação de Agentes de Combate às Endemias – ACE, esclarecemos:*

*A regra para a contratação de pessoal na administração direta e indireta da União, Estados e Municípios é a realização de concurso público, essa regra, no entanto, comporta três exceções entre as quais está a relacionada diretamente aos ACE que se encontra no art. 198, § 4º da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional nº 51/2006. De acordo com esse dispositivo, é permitida a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (ACE) por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. Assim, os entes públicos estão autorizados a contratar ACS e ACE por meio de processo seletivo, dispensada a realização de concurso.*

*A justificativa técnica para a realização do Processo Seletivo em 2014 foi baseada em uma primeira avaliação que demonstrava a baixa capacidade para enfrentamento da dengue e outras doenças transmitidas pelo Aedes Aegypti em função de importante epidemia vivenciada pelo município em 2013 e o surgimento de casos da doença em 2014, pelo adoecimento e baixa capacidade de produção da equipe e fortes rumores das redes sociais e meios de comunicação oficiais de maiores riscos para a ocorrência de novas epidemias.*

*Ainda que seja um processo seletivo simplificado toda a metodologia da seleção deve respeitar as regras e consequentes **prazos necessários para dar oportunidade plena a todos os cidadãos de participação e validação de todas as etapas para legitimidade do resultado***



***final.*** Portanto, o prazo superior a 4 meses para realização do processo seguiu os trâmites legais. O trabalho dos ACE se constitui de ações que inicialmente parecem simples, mas requerem grande disponibilidade de tempo e atenção, o que exige treinamento, capacitação e disposição para realizar suas atribuições de forma a garantir resultados esperados para a coletividade da população. Desde a preparação do processo seletivo até a introdução e atuação de fato no campo o tempo percorrido é de cerca de 3 a 4 meses. Portanto, ***a contratação de agentes de endemias por período de 12 meses (1 ano) dificulta a realização das ações vigilância do serviço de controle de zoonoses na medida em que obriga a realização anual de processo seletivo para admissão de novos funcionários sempre que houver sinais de possível agravamento de situação.***

*É importante considerar adicionalmente que as ações possuem certo caráter rotineiro e de sobrecarga de trabalho com exposição ao sol e tempo, o que determina a utilização de EPI e acarreta a concessão de adicional de insalubridade. Observamos neste município processo de adoecimento ainda não totalmente vinculado ao processo de trabalho executado pelo ACEs, mas que o sugere como possível causa.*

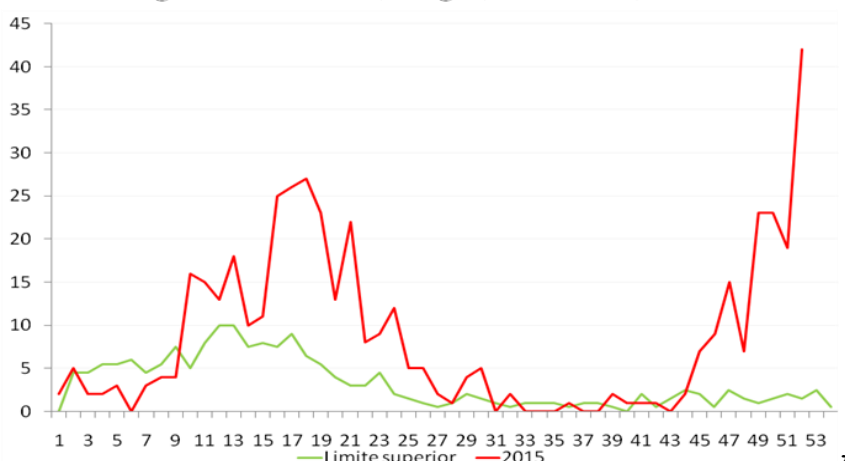
Os ACE admitidos via processo seletivo regido pelo Edital nº001/2014 submeteram-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em igual situação aos funcionários efetivos e ainda, ***foram dispensados por medida de necessidade de redução de quadro de pessoal***, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Resta informar que também devido ao mesmo motivo a realização de concurso pública estava impedida pelo comprometimento da folha de pagamento superior ao percentual recomendado.

***A renovação do contrato justificou-se pela situação atípica vivenciada pelo Brasil ao final de 2014 e início de 2015 com o surgimento das doenças Zika vírus e Chikungunya e das doenças congênitas a elas relacionadas.***

*Em Nova Lima vemos, conforme Diagrama de Controle de casos de Dengue em 2015, que desde as semanas iniciais, o município apresentou surto da doença, com pausa entre as semanas 30 a 43 e reinício a partir da semana epidemiológica 45, chegando em 2016 a maior epidemia da história do município com cerca de cinco mil casos notificados. Sabemos que este número não é real, pois, de acordo com estudo e conforme confirmado pelo Epidemiologista Dr. D.F., em debates sobre o quadro das doenças do vetor Aedes, existe discordância importante entre número de casos notificados e número de casos real.*

*Portanto, esse número pode ter sido próximo de quinze mil casos de dengue, com o agravante de oito óbitos.*

**Diagrama de controle, dengue, Nova Lima, 2015**



### **Análise do Controle Interno**

Na sua justificativa, o Gestor Municipal afirma que a contratação se justifica pela baixa capacidade para enfrentamento da dengue e outras doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, afirmativa esta que é sustentada pelo fato de que após a realização do PSS 01/2009, houve a redução natural do quadro de profissionais ACE sem que houvesse reposição de profissionais, vide CI 05-2015, onde consta que dos 80 contratados por aquele PSS, restam apenas 48 aptos para realizar o trabalho de campo no controle da Dengue.

Quanto a justificativa de que a contratação se estendeu por mais de 4 meses devido aos tramites legais, entendemos que não se sustenta, uma vez que esta contratação se pautou no fato de que se tratava de um surto endêmico de uma doença que se altera entre ciclos de maior e menor incidência durante o ano, e além disso, cabe destacar que o início dos trabalhos dos ACE coincidiu com o período de menor incidência da doença. Vale, ainda, ressaltar que um dos fatores que mais contribuíram para a morosidade em todo o processo de contratação foi a tramitação interna, visto que do pedido de contratação até a publicação do edital transcorreram-se quase 2 meses.

Por fim, apesar de não constar na justificativa de contratação temporária, o gestor justificou, também, que a realização de concursos públicos no município estava suspensa por comprometimento da folha de pagamento superior ao percentual recomendado, no entanto, não há como avaliar esta justificativa uma vez que não foram apresentados documentos suficientes para comprovar esta alegação.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada no que diz respeito à contratação dos Agentes de Combate às Endemias.

**Ordem de Serviço:** 201602128

**Município/UF:** Nova Lima/MG

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** NOVA LIMA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos Financeiros:** R\$ 13.033.751,22

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados, no período de 01 a 05/08/2015, sobre a aplicação dos recursos da Programação 0106 - Execução Financeira da Atenção Básica, no município de Nova Lima/MG.

A ação fiscalizada destina-se a avaliar a realização de gastos voltados à expansão da estratégia de Saúde da Família e da rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica resolutiva, de qualidade, integral e humanizada.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

### 2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

#### 2.2.1. Informação sobre os recursos financeiros do PAB.

##### Fato

O Fundo Municipal de Saúde - FMS de Nova Lima/MG está constituído formalmente por meio da Lei Municipal nº 1.304, de 31/10/1991, sendo contemplado como unidade orçamentária nas Leis Orçamentárias Anuais do Município referente aos exercícios de 2015 e 2016, em conformidade com a exigência da Lei Complementar nº 141/2012, art. 14.

O FMS está devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, sob nº 11.181.004/0001-30, atendendo a obrigatoriedade estabelecida na Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014, art. 4º, inciso X.

A Secretária Municipal de Saúde é gestora do FMS, atuando como ordenadora de despesa, conforme o princípio da direção única do SUS estabelecido na Constituição Federal, art. 198, inciso I e na Lei nº 8.080/1990, art. 9º, inciso III.

O Fundo Nacional de Saúde - FNS transfere regularmente recursos ao município, por meio dos blocos de financiamento previstos na Portaria nº 204/2007. Em relação ao Bloco de Financiamento da Atenção Básica (BLATB), os recursos foram creditados na Caixa Econômica Federal, agência nº 1341, conta nº 00624001-0, cuja titularidade é do Fundo Municipal de Saúde de Nova Lima/MG, CNPJ 11.181.004/0001-30. Nos exercícios de 2015 e 1º semestre de 2016, consideradas a data de crédito em conta corrente até 06 de julho de 2016, para efeito de exames, foram transferidos recursos federais para o BLATB o total de R\$ 9.431.537,36, conforme discriminado por componente na tabela seguinte.

Tabela I - Dos Recursos Creditados na Conta Específica do Bloco de Atenção Básica  
(janeiro de 2015 a julho de 2016)

Componente	Ação/Serviço	Valor (em R\$)		
		2015	2016*	Total
PAB Fixo	PAB Fixo	1.920.660,96	1.120.385,56	3.041.046,52
Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável)	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.387.152,00	153.114,00	1.540.266,00
	Incentivo Adic. Programa de ACS	89.232,00	-	89.232,00
	Assist. Fin. Compl.- ACS – 95%	68.394,30	650.227,50	718.621,80
	Fortalecimento de Políticas Afetas à Atuação da Estratégia de ACS – 5%	3.599,70	-	3.599,70
	Inc. Adicional Assistência Financeira Complementar - ACS - 95 por cento	25.045,80	-	25.045,80
	Inc Adicional Fort Políticas Afetas à Atuação da Estratégia de ACS – 5%	1.318,20	34.222,50	35.540,70
	Equipes Multiprofissionais de Apoio (RAU-ADOM)- EMAP	72.000,00	-	72.000,00
	Prog. Saúde na Esc. (RAB-SESC-SM)	8.400,00	-	8.400,00
	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	403.400,00	136.954,84	540.354,84
	Núcleo de Apoio à Saúde da Família	240.000,00	140.000,00	380.000,00
	Atenção Domiciliar – EMAD	600.000,00	-	600.000,00
	Incentivo Adicional PSF	10.000,00	10.000,00	20.000,00
	Saúde da Família – SF	1.457.830,00	899.600,00	2.357.430,00
	<b>TOTAL</b>	<b>6.287.032,96</b>	<b>3.144.504,40</b>	<b>9.431.537,36</b>

Fonte: Sítio do FNS - [www.fns.saude.gov.br](http://www.fns.saude.gov.br) (consulta de pagamentos). \* Até julho 2016

Em análise sobre as despesas de maior relevância da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima/MG, no período de 01/01/2015 a 30/06/2016, com recursos do BLATB, através da conta mencionada, destacam-se os seguintes processos de despesas:

Tabela II – Movimentação dos Recursos Atenção Básica no período de 01/01/2015 a 30/06/2016 (R\$)

Natureza	Período	Beneficiários	Tipo de gasto	Valor
Salários e	Jan a dez 2015	Pessoal/Encargos Atenção Básica	Folha e contribuições	5.893.456,08

encargos	Jan - julho 2016	Pessoal/Encargos Atenção Básica	Folha contribuições e	1.696.401,80
<b>Soma</b>				<b>7.589.857,88</b>
<b>Natureza</b>	<b>Modalidade /Número</b>	<b>Processo</b>	<b>Tipo de gasto</b>	<b>Valor</b>
Processos licitatórios	Pregão Pres. n. 80/2014	Proc. Admin. n. 361-14	Mobiliário e Eletrodomésticos	684.773,70
	Pregão Pres. n. 62/2014	Proc. Admin. n. 230-14	Equipamentos Médicos	846.710,16
	Pregão Pres. Reg. Preços n. 101-14	Proc. Admin. n. 398-14	Mobiliário e Equipamentos Médicos	124.481,53
	Pregão Pres. Reg. Preços n. 057/2015	Proc. Admin. n. 107-15	Aquisição de Material Ambulatorial	2.678.853,83
	Pregão Pres. Reg. Preços n. 30/2015	Proc. Admin. n. 62-15	Aquisição de Material Ambulatorial	1.698.932,00
<b>Soma</b>				<b>6.033.751,22**</b>
<b>TOTAL *</b>				<b>13.623.609,10</b>

Fonte: Documentos contábeis/financeiros, processos licitatórios e dados da folha de pagamento;

\* O total inclui recursos de vários blocos de financiamento

\*\* A Soma inclui processos licitatórios iniciados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e considerados os valores totais estimados para contratação.

Pela análise da Tabela acima, verifica-se que a Secretaria de Saúde optou por alocar os recursos oriundos da União, prioritariamente para despesas de “folha de pagamento” e encargos de pessoal, da área de atenção básica.

Os processos licitatórios para a aquisição de equipamentos e materiais foram analisados quanto às suas elegibilidades, com ênfase nas situações que venham a restringir a competitividade, na entrega efetiva dos bens adquiridos e na utilização dos recursos exclusivamente na Atenção Básica em Saúde.

Não foram detectadas irregularidades na condução formal dos procedimentos licitatórios no âmbito da administração municipal de Nova Lima/MG, efetivados com recursos provenientes do Fundo Nacional de Saúde. Ressalva-se a falta de numeração em documentos constantes de processos licitatórios, em desconformidade com as boas práticas processuais. Mediante pesquisa simplificada na internet, foi constatado que os preços cobrados pelos produtos amostrados estão de acordo com aqueles praticados no mercado.

Em análise sobre as despesas de maior materialidade, efetivadas pela Atenção Básica, em relação às suas elegibilidades para utilização dos recursos federais recebidos. Relacionamos as mais expressivas, a saber:

<b>Descrição da Compra</b>	<b>Valor</b>	<b>Data</b>
Cadeira de Rodas (50 unid.)	R\$ 28.000,00	jan/2015
Material (compressa)	R\$ 16.334,70	maio/2015
CPAP (10 unid.)	R\$ 28.600,00	julho/2015
BIPAP (04 unid.)	R\$ 56.800,00	junho/2015
Manutenção Odontológica	R\$ 7.736,36	maio/2016
Curativos e Ataduras	R\$ 19.590,42	março/2016
Prod. Químico (cloreto de sódio)	R\$ 23.456,75	março/2016
Cateter	R\$ 9.480,33	maio/2016

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos está devidamente adequada aos normativos pertinentes ao objeto fiscalizado.



**Ordem de Serviço:** 201602477

**Município/UF:** Nova Lima/MG

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LIMA

**Montante de Recursos Financeiros:** R\$ 2.000.000,00

## 1. Introdução

Os trabalhos foram realizados junto à Prefeitura de Nova Lima/MG em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal. A Ação de Controle teve como objetivo avaliar a adequação da gestão de transferência fundo a fundo para a implantação de Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

As ações de fiscalização desenvolvidas pela equipe da CGU-Regional/MG, ao longo dos trabalhos de campo realizados entre 25 e 28/07/2016, constituíram-se basicamente de análise da documentação pertinente à contratação para execução das obras de implantação da UPA, bem como de visita ao local da obra.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1. Informações sobre repasse para execução da Unidade de Pronto Atendimento

##### Fato

Mediante a Deliberação CIB-SUS/MG nº 715, de 15/09/2010, foi aprovado o repasse de recurso financeiro federal para a implantação de Unidade de Pronto Atendimento – UPA, porte II, no Município de Nova Lima (Proposta nº 22934.889000/1090-01). Conforme a Portaria GM/MS nº 1.020, de 13/05/2009, o valor do incentivo financeiro para construção das UPAs de porte II é de R\$2.000.000,00 e a área física prevista é de 1.000m².

Até 26/07/2016, haviam sido emitidas 2 ordens bancárias, descentralizando os recursos para duas contas correntes da Agência nº 2350-7 do Banco do Brasil, totalizando 75% do valor pactuado, conforme tabela a seguir:

*Tabela – Ordens Bancárias emitidas*

Data da emissão	Ordem Bancária	Conta Corrente	Valor (R\$)
-----------------	----------------	----------------	-------------

Data da emissão	Ordem Bancária	Conta Corrente	Valor (R\$)
25/11/2009	2009OB832686	29097-1	200.000,00
30/01/2013	2013OB825236	35618-2	1.300.000,00
TOTAL			1.500.000,00

Fonte: página eletrônica do Fundo Nacional de Saúde

Para a execução da obra, foi realizada a Concorrência Pública nº 4/2012, de 29/05/2012, no regime de empreitada por preços unitários, tendo como objeto: “construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, localizada na rua José Agostinho, s/nº, bairro Osvaldo Pena”, com valor estimado em R\$4.309.227,32. A área desta UPA é de cerca de 2.150m².

Participaram do certame licitatório as seguintes empresas:

*Tabela – empresas que participaram da concorrência 4/2012*

Empresas licitantes	CNPJ	Valor da proposta (R\$)
Construtora Guia Ltda	05.504.833/0001-33	4.299.072,82
Extra Engenharia Ltda	86.450.319/0001-34	4.739.564,67
Topo Engenharia e Consultoria Ltda	00.484.746/0001-18	inabilitada

A Construtora Guia Ltda foi contratada em 19/07/2012 para construção da Unidade de Pronto Atendimento, pelo preço de R\$4.299.072,82, conforme o contrato nº 242/12. A ordem de início foi emitida em 31/07/2012 com início previsto para 01/08/2012.

Foram celebrados dois termos aditivos de valor para este contrato. O 1º Termo Aditivo, de 19/03/2013, acrescentou o valor de R\$338.605,44, enquanto que no 4º Termo Aditivo, de 10/02/2014, o contrato ficou acrescido em R\$722.710,91. Assim, o valor total do contrato com aditivos foi de R\$5.360.389,17.

Foram efetuadas 25 medições para a obra, totalizando R\$5.212.054,18 a preços iniciais e restando um saldo de R\$141.288,59. Ainda foram pagos R\$302.518,51 a título de reajustamento do contrato.

Em 06/11/2015 foi emitido o atestado de conclusão de edificação da Unidade de Pronto Atendimento.



Foto 01: vista externa da UPA (Nova Lima/MG, 28/07/2016)

Foto 01: vista interna da UPA (Nova Lima/MG, 28/07/2016)

### **2.1.2. Ausência de repasse da última parcela para execução da Unidade de Pronto Atendimento.**

#### **Fato**

Em 06/11/2015 foi emitido o atestado de conclusão de edificação da Unidade de Pronto Atendimento, objeto do Contrato nº 242/2012.

Conforme o inciso III do art. 5º da Portaria nº 1.020, de 13/05/2009, vigente à época da aprovação do repasse de recurso financeiro federal para a implantação de Unidade de Pronto Atendimento em Nova Lima, a terceira parcela do repasse dos incentivos financeiros, equivalente a 25% do valor aprovado deveria ter sido repassada *“após a conclusão da edificação da unidade, e a apresentação do respectivo atestado, assinado por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, ratificado pelo gestor local e pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB, e autorizado pela Secretaria de Atenção à Saúde.”* Até 03/08/2016, a última parcela, no valor de R\$500.000,00, não havia sido repassada pelo Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Nova Lima/MG.

Conforme informações obtidas junto ao gestor, não vem sendo possível anexar, no Sistema de Monitoramento de Obras – SISMOB, o atestado de conclusão da edificação.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 363, de 26 de outubro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Encaminhamos em anexo a documentação referente ao pagamento da 3ª parcela da UPA, e do Atestado de Conclusão de Edificação da UPA, nos colocando à disposição para eventuais esclarecimentos complementares que se fizerem necessários”*

Foi anexado ao Ofício nº 363 a Comunicação Interna SEMSA nº 278/2016 com o seguinte teor:

*“No que diz respeito ao questionamento a respeito do pagamento da 3ª parcela referente ao investimento para construção da UPA, R\$500.000,00, comunico que a situação encontra-se regularizada junto ao Ministério da Saúde, com autorização da ordem de pagamento conforme documento comprobatório do Sistema Integrado de Protocolos e Arquivos – SIPAR”*

#### **Análise do Controle Interno**

Conforme a documentação apresentada, a parcela já está liberada para pagamento. Entretanto, até a presente data, 04/11/2016, não consta na consulta de pagamentos do Fundo Nacional de Saúde tal liberação.

## 2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### 2.2.1. Morosidade no funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento.

#### Fato

Conforme já informado, o atestado de conclusão de edificação da Unidade de Pronto Atendimento foi emitido em 06/11/2015.

Entretanto, até a data da fiscalização, 28/07/2016, isto é, transcorrido cerca de 9 meses desde a sua conclusão, a unidade ainda não se encontrava em funcionamento, não atingindo o seu objetivo.

#### Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 363, de 26 de outubro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Também colocamos a equipe fazendo acertos finais do prédio da UPA com entrega prevista para agosto, setembro. Informamos, conforme fotografias e imagem de informativo que realizamos as entregas dos referidos serviços [...]*

*Finalizamos informando que já iniciaremos imediatamente um trabalho de remanejamento de recursos e móveis para a melhor utilização destes e dos espaços na prestação dos serviços”.*

#### Análise do Controle Interno

Não foi apresentada manifestação específica para esta constatação, mas conforme excertos da manifestação, ocorrerá remanejamento de recursos e foi alocada equipe para executar acertos finais no prédio da UPA. Entretanto, não ficou demonstrado que a mesma já esteja em funcionamento.

## 3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado, haja vista as seguintes constatações:

- Item 2.1.2 - Ausência de repasse da última parcela para execução da Unidade de Pronto Atendimento;
- item 2.2.1 - Morosidade no funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento.

**Ordem de Serviço:** 201602237

**Município/UF:** Nova Lima/MG

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** NOVA LIMA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados, no período de 01 a 05/08/2016, sobre a aplicação dos recursos do Programa 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), Ação 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família, no município de Nova Lima/MG.

A ação fiscalizada destina-se a avaliar a realização de gastos voltados à expansão da estratégia de Saúde da Família e da rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica resolutiva, de qualidade, integral e humanizada.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### **2.1.1. Deficiência nos atendimentos realizados pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família devido à insuficiência de Agentes Comunitários de Saúde no município de Nova Lima/MG.**

##### **Fato**

O município de Nova Lima realizou o Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2009 para contratação de ACS e ACE sob o regime de Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e posteriormente, por meio da Lei Municipal nº 2167/2010, pautando-se na Emenda Constitucional - EC nº51/2006, os ACS e ACE foram efetivados como servidores públicos.

Depois dessa efetivação de ACS de 2010, muitos deixaram os seus cargos, fazendo com que muitos cargos ficassem vagos pelo fato do município de Nova Lima não realizar novos concursos para preenchimento dos cargos vagos.

Por meio da Comunicação Interna nº 001/2014 de 15/07/2014, a Comissão de Territorialização da Estratégia Saúde da Família levantou um déficit de 32 vagas de ACS, além de solicitar 22 vagas no cadastro de reserva. Porém, essa solicitação de concurso público não fora atendida pelo gestor municipal.



Por meio de visita amostral a 5 das 19 equipes de Estratégia de Saúde da Família constatou-se áreas descobertas por falta de ACSs, conforme segue:

<b>Cód. INE</b>	<b>Equipe de ESF</b>	<b>Áreas descobertas</b>
259330	Mingú Amarelo	1
259195	Jardim Canadá Laranja - I	4
259276	CAIC Laranja - I	3
1478087	Santa Rita	1

Nas entrevistas realizadas junto à população pela equipe da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais, um dos itens mais relatados foi a falta de ACS nas micro-áreas. Fato este que além de prejudicar um dos pilares da Estratégia, o estabelecimento de vínculo e a criação de laços de compromisso e de responsabilidade entre os profissionais e a população, também vem causando problemas na gestão municipal, visto que ao atender a diretriz do Ministério da Saúde com a substituição do sistema SIAB pelo E-SUS, o município não atualizou o cadastro da população pela falta de ACSs. Desta forma, quando foi solicitada a informação sobre o número de famílias atendidas pelo município, nos foi entregue, como sendo a informação mais atualizada, informações do SIAB com a referência de Julho/14, ou seja, com quase dois anos de defasagem.

Logo, diante dos fatos apresentados, observa-se que a falta de contratação de Agentes Comunitários de Saúde, além de prejudicar a atuação direta da Estratégia, indiretamente também prejudicada o fornecimento de dados fidedignos da população sob a respectiva responsabilidade, por falta de atualização cadastral.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 363/2016, de 26/10/2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, apresentou a seguinte manifestação:

*“O Gestor municipal esteve impedido de realizar concurso público por determinação e cumprimento da Lei no 9.801, de 14 de junho de 1999 (Lei de Responsabilidade Fiscal).*

*Importante também registrar que Nova Lima possui mais de 50% de sua população coberta por planos de saúde privados regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e atendidos por operadoras, o que desonera o sistema de atendimento do município. Neste sentido o gestor, em função do severo circunstanciamento econômico estuda alternativas de reordenação do número e locais das UBS para reforço do efetivo da Estratégia a partir de outros profissionais da saúde e, assim que possível pela redução de despesas e realização de processo para contratação dos ACS faltantes.*

*Com relação à atualização do cadastro da população entendemos que há uma defasagem de equipamentos, infraestrutura e capacitação profissional que não permitiu o adequado uso do E-SUS. Esta situação está sendo enfrentada com aceleração de contratação de links de acesso à WEB e distribuição e projeto de implantação de quase 100 computadores nas UBS ainda no ano de 2016.” (sic)*

### **Análise do Controle Interno**

Na sua justificativa, o gestor afirma que está impossibilitado de realizar novos concursos públicos e pauta a sua justificativa na Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa, no entanto, este não apresentou documentação que comprove o fato gerador da aplicação daquela lei.

O Gestor também comprometeu-se estudar alternativas de reordenamento de números e locais de abrangência da Estratégia de Saúde da Família, além de adequar o uso do E-SUS.

Diante destes fatos, mantém-se a constatação, visto que restou a comprovação da impossibilidade de contratação de novos ACSs, fato este que prejudica a população que fica desassistida da cobertura destes profissionais, gerando também falhas na atualização cadastral da população assistida pelas equipes de estratégia de saúde da família.

### **2.1.2. Descumprimento da carga horária semanal por parte dos profissionais médicos da Estratégia de Saúde da Família em Nova Lima/MG**

#### **Fato**

Um dos requisitos necessários à Estratégia de Saúde da Família é a carga horária de 40 horas semanais para todos os profissionais de saúde membros da equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF), à exceção dos profissionais médicos, cuja jornada admite cinco modalidades, com suas respectivas equivalências de incentivo federal, conforme Anexo I da Portaria GM/MS nº 2.488/2011.

Para verificar o cumprimento do dispositivo legal supracitado, encaminhou-se, em semana anterior ao início dos trabalhos de campo, a Solicitação de Fiscalização nº 02128/01, de 21/07/2016, requerendo a apresentação dos documentos comprobatórios da jornada de trabalho dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família. Tal demanda foi atendida e, juntamente com as informações obtidas na inspeção “*in loco*”, verificou-se que os médicos folgam em um dia da semana, ou seja, a jornada destes profissionais é de 32 horas semanais.

Contrariando as informações apresentadas pelo gestor municipal, consta no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES do Ministério da Saúde que todos os profissionais médicos vinculados a Estratégia de Saúde da Família no município de Nova Lima, possuem vínculo de 40hs semanais. Assim como consta no SCNES, também se verificou nos editais de concursos públicos, tal como o Edital 01/2009, e em outros documentos afetos a contratação destes profissionais que a jornada estabelecida para os profissionais médicos do PSF é de 40hs semanais.

Portanto, diante dos fatos apresentados, constatou-se que os profissionais da Estratégia de Saúde da Família não cumprem integralmente a jornada de trabalho para que foram contratados.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 363/2016, de 26/10/2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, apresentou a seguinte manifestação, editada apenas quanto ao nome de pessoas citadas e aos seus números de CPF, a fim de preservá-las:

*“Esclarecemos que a flexibilização do cumprimento da carga horária de 40 horas semanais dispostas em 32 horas na Unidade Básica de Saúde e 8 horas destinadas a estudos, fora concedida no início da Implantação do Programa de Saúde da Família do Município, conforme previsto na Portaria 2027/2011, do Ministério da Saúde. O item II prevê conforme II - carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para os profissionais de saúde, à exceção dos profissionais médicos, cuja jornada é regulada no inciso IV do item 3.2 desta Portaria. A jornada de 40 (quarenta) horas deve observar a necessidade de Dedicção mínima de 32 (trinta e duas) horas da carga horária para atividades na ESF e até 08 (oito) horas do total da carga horária para prestação de serviços na rede de urgência do município ou para atividades de especialização em saúde da família, residência multiprofissional e/ou de medicina de família e de comunidade, **bem como atividades de educação permanente**, tudo conforme autorização do gestor.*

*A medicina exercida nas Unidades de Saúde da Família é bastante complexa e tem por objetivo a resolução da maior parte dos problemas de saúde das pessoas atendidas pelo Programa. As atividades exercidas abrangem o cuidado às pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, desde o período neonatal da criança até a velhice, lidando com doenças endêmicas e epidêmicas como Dengue, Zika e Chikungunya, Tuberculose e Hanseníase, bem como as doenças crônicas como Diabetes e Hipertensão, doenças mentais variadas, quadros agudos e atendimentos de promoção à saúde, como Pré-Natal e Puericultura. Tais atividades impõem a necessidade de contínua atualização profissional, abrangendo todas as áreas da medicina ambulatorial e todos os ciclos da vida, a gestação, saúde da criança, saúde do adulto, saúde da mulher e saúde do idoso. Para tanto, a equipe médica afirma se valer do dia semanal concedido pelo gestor que estabeleceu este parecer homologando este tempo semanal para estudo, o Secretário de Saúde M.F.B.*

*Os profissionais médicos estudam de maneira autodidata, espontaneamente, para resolução de dúvidas pontuais, esclarecimento de casos clínicos, assuntos novos ou da prática diária. O tempo também é usado para planejamento e preparação das palestras e atividades em grupo. Os materiais utilizados para os estudos são os próprios livros, os manuais enviados frequentemente pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, como as Linhas Guias e Protocolos, livros, Revistas médicas, cursos presenciais e à distância, sites de atualização científica, como o MEDLINE, SCIELO e o Portal do Ministério da Saúde. Afirmam utilizar também as bibliotecas das faculdades de medicina.*

*O entendimento trazido por este relatório, de que efetivamente não existe o cumprimento da jornada de 40 horas semanais, e sim de 32 horas, e que inclusive também foi alvo de questionamentos a partir de denúncias no Ministério Público, uma em dezembro de 2014 ( NF 0188.14.000932-8), a qual foi arquivada após análise da resposta; e por outra em novembro de 2015 ( NF 0188.15.00626-3), a qual foi devidamente repassada a todos os médicos do Programa e solicitado envio de comprovação de dedicação a estudos nas 8 horas a este fim destinadas. Os documentos enviados pelos médicos no início deste ano de 2016 encontram-se disponíveis para consulta e as cópias foram enviadas ao Ministério Público em 22 de fevereiro de 2016.*

*Não obstante o acima apresentado, e também conforme registro neste relatório, de que trata-se de descumprimento da carga horária semanal, a gestão atual propõe alcançar a otimização e o pleno aproveitamento da força de trabalho dos profissionais médicos por meio da incorporação das 8 horas destinadas a educação e desenvolvimento das competências, a partir da adoção de ações de desenvolvimento das equipes de forma interdisciplinar, com objetivo de implementar e efetivar novos e melhores protocolos*

*assistenciais. Efetivaremos o dia da semana destinado à formação profissional, prioritariamente, com atividades de educação permanente dentro do local de trabalho. Ainda com caráter de formação e especialização, a gestão reservará o direito e dever de utilizar o previsto na Portaria 2027/2011 quando houver interesse de aprofundamento, capacitação ou formação específica de servidores fora do local de trabalho, sempre com a adequada proposição do conteúdo, justificativa da formação ou capacitação e respectivo plano de trabalho e uso desta. Estas medidas serão articuladas para início de vigência no ano de 2017.”(sic)*

### **Análise do Controle Interno**

Em sua justificativa o gestor municipal alega que na implantação da ESF foi adotada política de 8 horas semanais de estudo para os profissionais médicos, alega também que esta política está pautada na Portaria Nº 2.027/2011, destacando entre outros que a portaria permite “atividades de educação permanente”.

O Gestor também citou inúmeros instrumentos de capacitação, que segundo ele os profissionais utilizam-se durante estas 8 horas semanais, dentre os quais podemos citar estudos de maneira autodidata, utilização de bibliotecas de faculdades de medicina, estudos de manuais e livros enviados pelo Ministério e Secretaria de Estado da Saúde, cursos a distância, presenciais e etc. Ao analisar estes instrumentos, observa-se que muitos carecem de comprovação, como por exemplo, utilização de bibliotecas, desta forma não podem ser considerados como instrumentos regulamentados na Portaria Nº 2.027/2011. Já, quanto aos instrumentos de capacitação que poderiam ser facilmente comprovados por constarem no rol de instrumentos regulamentados por aquela portaria, o gestor não apresentou documentos que dessem suporte a esta afirmativa.

Na sua justificativa o Gestor também afirma que o questionamento sobre o descumprimento da jornada de trabalho já foi levantado pelo Ministério Público e que a documentação que comprova a sua regularidade foi encaminhada para aquele órgão, em fevereiro de 2016, no entanto, cabe destacar que não obtivemos acesso a esta documentação.

Assim, considerando que Gestor não apresentou documentação que comprove efetivamente que os profissionais cumprem o estabelecido na Portaria Nº 2.027/2011, para gozarem de 8 horas semanais para qualificação, mantém-se a constatação.

### **2.1.3. Falhas na infraestrutura e na manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Estratégia de Saúde da Família em Nova Lima/MG.**

#### **Fato**

A fim de avaliar a infraestrutura disponível nas Unidades Básicas de Saúde – UBS e a sua respectiva conservação, no município de Nova Lima/MG, selecionou-se aleatoriamente 5 (cinco) UBS, nas quais encontram-se as Equipes de Saúde da Família - ESF: ESF Mingú Amarelo, ESF José de Almeida, ESF Jardim Canadá I, ESF CAIC I e ESF Santa Rita, onde verificou-se que 4 (quatro) apresentaram problemas, conforme segue:

- a) A ESF Mingú Amarelo é a única equipe instalada no Centro de Saúde Vera Wanderley Dias (CNES: 2117444).

Durante a vistoria realizada na UBS, verificaram-se problemas de infraestrutura, no que diz respeito ao espaço físico da UBS. Observou-se a existência de apenas duas salas para a realização de procedimentos, inalação, coleta, curativos e observação, sendo que uma destas ainda é compartilhada com o gerente da UBS.

Quanto aos consultórios médicos, observa-se que a UBS também possui apenas dois, que além de serem utilizados pelos profissionais médico e enfermeiro, são compartilhados com outros profissionais que não fazem parte da equipe, tais como o Ginecologista, Pediatra, profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF e de Saúde Mental, engessando a atuação dos profissionais da ESF.

Ainda com relação a questão do espaço físico, verificou-se que a UBS não conta com abrigo para resíduos sólidos, fazendo com que estes sejam armazenados na lavanderia e, além disso, cabe relatar que o teto desta lavanderia se encontra com sinais de infiltrações, propiciando o desenvolvimento de colônias de micro-organismos. Desta forma, observa-se que a lavanderia da UBS coloca em risco seus usuários, por ser um ambiente propício para desenvolvimento e disseminação de micro-organismos.

Também cabe relatar que o referido Centro de Saúde não possui sala de utilidades ou de expurgo, fazendo com que os procedimentos de preparo dos materiais para esterilização sejam realizados em uma das salas onde também são realizados atendimentos à população e sem as devidas adequações estabelecidas no Manual de estrutura física das Unidades Básicas de Saúde – Saúde da Família (2006).

		
Lavanderia: Resíduos armazenados na lavanderia	Lavanderia: Infiltrações no teto	Sala que compartilha atendimento com pia de preparação de materiais para a esterilização



- b) A ESF José de Almeida é a única equipe instalada no Centro de Saúde José de Almeida (CNES: 2117274).

Durante a vistoria realizada no Centro de Saúde, verificou-se marcas de infiltração no teto do banheiro feminino.



- c) A ESF Jardim Canadá I é uma das duas equipes instaladas no Centro de Saúde Jardim Canadá (CNES: 2115972).

Durante a vistoria realizada neste Centro de Saúde, verificou-se que apesar de se tratar de uma unidade nova, esta possui alguns problemas de conservação e manutenção. Entre os problemas detectados, verificou-se sinais de infiltração no teto e paredes da Sala de Observação Médica, no Consultório 03 e no Depósito de Materiais de Limpeza. Com relação a falta de manutenção, verificou-se pia com vazamento, bebedouro sem funcionamento e pia de consultório interditada.

		
Pia com vazamento	Bebedouro sem funcionamento	Pia interditada



d) A ESF CAIC I é uma das duas equipes instaladas no Centro de Saúde Milton CIRo Machado (CNES: 2116081).

Durante a vistoria realizada neste Centro de Saúde, verificou-se que o município realiza de forma centralizada a esterilização dos instrumentos utilizados pela unidade, no entanto, o referido Centro de Saúde não possui sala de utilidades ou de expurgo, utilizando-se da sala de curativos para realizar o preparo dos materiais a serem encaminhados para a esterilização, local este que não se demonstra adequado ao Manual de estrutura física das Unidades Básicas de Saúde – Saúde da Família (2006).



Diante dos fatos acima apresentados, destaca-se algumas situações previstas no Manual de estrutura física das Unidades Básicas de Saúde – Saúde da Família (2006), que segue os princípios da Resolução da Diretoria Colegiada –RDC nº50/ANVISA/fevereiro/2002, a qual dispõe sobre a Regulamentação técnica para planejamento, programação e avaliação de projetos físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS).

- Quanto a estrutura mínima de consultórios para UBS com uma ESF, no que diz respeito ao número de consultórios, aquele manual estabelece a necessidade de dois consultórios, sendo um com sanitário. Na ESF Mingú existem dois consultórios, no entanto, estes não são exclusivos para os profissionais da equipe, conforme relatado.

- Quanto a existência de sala de utilidades ou expurgo e do abrigo de resíduos, aquele manual aponta a necessidade de existência destes em todas as UBSs, guardadas as peculiaridades ali descritas.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 363/2016, de 26/10/2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação à manutenção das unidades registramos que foram definidos como prioridade para o período de 2016 a finalização da UBS do Cascalho e UBS de Nova Suíça privilegiando os poucos recursos existentes. Também colocamos a equipe fazendo acertos finais do prédio da UPA com entrega prevista para agosto, setembro. Informamos, conforme fotografias e imagem de informativo que realizamos as entregas dos referidos serviços.*

*Observamos que o forte circunstanciamento econômico que levou à revisão de medicamentos, redução a limites praticamente abaixo dos mínimos de compras de insumos de laboratório e/ou materiais e medicamentos, por exemplo, e também a própria dificuldade de saldo orçamentário para empenho das contas impediu o ritmo normal de manutenção das unidades, já que o gestor não pode realizar aquisição de serviços sem empenho prévio.*

*Não obstante o registro, estamos alocando a equipe da secretaria de obras para realizar os reparos que impactam no processo produtivo e iremos avaliar todas as unidades procurando encontrar situações como as descritas para elaborar um plano de manutenção adequado para o ano de 2017, tudo conforme recursos que serão disponibilizados para a Secretaria de Obras e conforme as demais prioridades do município.*

*Finalizamos informando que já iniciaremos imediatamente um trabalho de remanejamento de recursos e móveis para a melhor utilização destes e dos espaços na prestação dos serviços.*

*Registramos que prevemos para o ano de 2017 a entrega da nova UBS do Cristais.”(sic)*

### **Análise do Controle Interno**

Considerando que o Gestor se comprometeu a tomar medidas no sentido de resolver os problemas apontados nas fotografias do informativo e que se comprometeu a elaborar um Plano de Manutenção das unidades para o exercício de 2017, mantém-se a constatação, visto que os problemas estruturais das UBS ainda não foram totalmente saneados.

## **2.2 Parte 2**

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada aos normativos pertinentes no que diz respeito ao cumprimento da carga horária dos profissionais médicos das equipes de Saúde da Família, a falta de preenchimento dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e da Infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde.

**Ordem de Serviço:** 201602134

**Município/UF:** Nova Lima/MG

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** NOVA LIMA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados, no período de 01 a 05/08/2016, sobre a aplicação dos recursos da programação 0153 - Gestão da Saúde Municipal, no município de Nova Lima/MG.

A ação fiscalizada destina-se a verificar a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde – CMS, além da elaboração e aprovação do Plano Municipal de Saúde e do Relatório de Gestão. Os Municípios, para receberem recursos federais na área da saúde, devem contar com: Fundo de Saúde; Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto nº 99.438, de 7/8/2012; Plano de Saúde; Relatórios de Gestão que permitam o controle da conformidade da aplicação dos recursos repassados com a programação aprovada.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos gestores federais, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1. Ausência de Cadastro do Conselho Municipal de Saúde de Nova Lima/MG no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

##### Fato

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Nova Lima/MG não está cadastrado no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS), conforme consulta realizada no sítio eletrônico do SIACS ([www.conselho.saude.gov.br/siacs](http://www.conselho.saude.gov.br/siacs)) em 07/08/2016.

De acordo com a Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inc. XXIX, compete aos Conselhos de Saúde “*atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS)*”. Segundo orientações contidas na Cartilha do SIACS, editada pelo Ministério da Saúde, a responsabilidade de atualização dos dados no sistema cabe ao Presidente e/ou ao Secretário Executivo do CMS.

Ressalta-se que o SIACS foi criado pelo Ministério da Saúde para atender ao Acórdão nº 1.660/11 – TCU – 1ª Câmara, que determinou ao Ministério da Saúde que repassasse recursos financeiros apenas àqueles municípios que respeitassem a paridade na composição do CMS. A Lei Complementar nº 141/2012, em seu art. 22, inc. I, prevê a restrição de transferências de recursos da União para os Estados e municípios, no caso de inexistência ou não funcionamento do Conselho de Saúde.

O SIACS é uma importante ferramenta de transparência, pois permite consultas sobre a composição e a paridade dos Conselhos e sobre o cumprimento de normas legais relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A figura a seguir demonstra o não preenchimento do SIACS.

*Quadro do Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (Siacs) não preenchido*

A imagem mostra a interface web do SIACS, especificamente a aba 'Cadastro de Conselho'. O formulário contém várias seções: 'DADOS DO CONSELHO' com campos para Nome do Conselho (preenchido com 'Conselho Municipal de Saúde - NOVA LIMA'), Estado (preenchido com 'MINAS GERAIS'), Município (preenchido com 'NOVA LIMA'), Tipo de Conselho (preenchido com 'Conselho Municipal'), Instrumento de Criação (menu suspenso com 'Selecione'), Data de Criação do Conselho (campo de data), Data da Última Recomposição (campo de data), Preenchido Diretamente na Internet? (menu suspenso com 'Selecione'), e Atos Normativos (campo de texto). Abaixo, há campos para Número do Documento, Data de Publicação, Veículo de Publicação, CEP, Endereço, Número, Complemento, e Bairro/localidade. Muitos desses campos estão vazios, indicando que o formulário não foi completamente preenchido.

Fonte: Extraído do SIACS

## Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 363/2016, de 26 de outubro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, apresentou a seguinte manifestação:

*“Informamos ao Conselho Municipal de Saúde na plenária de 26/10/2017 e este relatou que está providenciando o registro”.*

## Análise do Controle Interno

A falha apontada diz respeito a atuação do Presidente ou do Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, portanto, o gestor alertou-os sobre a falha, para que tomassem as providências cabíveis.



Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1. Atuação do Conselho Municipal de Saúde de Nova Lima/MG.**

#### **Fato**

A Lei Municipal 1.373/93 criou o Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Nova Lima/MG, com composição paritária, contando com 28 conselheiros, sendo 50% de usuários, 25% do executivo municipal e 25% de trabalhadores da Saúde, conforme Lei n. 2.497/15.

O município se apresenta regular frente as suas atribuições e responsabilidades quanto ao planejamento das ações e serviços de saúde no seu âmbito de atuação, tendo o Plano Municipal de Saúde (PMS) e o Relatório Anual de Gestão (RAG) em vigor e aprovados pelo CMS.

Conforme as Atas do Conselho Municipal de Saúde, as reuniões ordinárias vêm ocorrendo na periodicidade preconizada, sendo verificada também a ocorrência de reuniões extraordinárias. Foi constatada a apreciação do Plano Municipal de Saúde do período 2014 a 2017 e do Relatório Anual de Gestão de 2016. As atas do CMS evidenciam que trimestralmente o gestor apresentou Prestação de Contas.

Apresenta-se um quadro com as datas de realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Nova Lima/MG, a saber:

*Quadro resumo das reuniões do CMS ocorridas em 2015/2016*

Reuniões Ordinárias	Reuniões Extraordinárias
Reuniões do Exercício de 2015	
04/02/2015	04/03/2015
25/02/2015	09/03/2015
25/03/2015	18/03/2015
27/05/2015	18/05/2015
24/06/2015	03/06/2015
29/07/2015	09/07/2015
26/08/2015	14/10/2015
30/09/2015	11/11/2015
28/10/2015	
25/11/2015	
23/12/2015	
Reuniões do exercício de 2016	
27/01/2016	29/02/2016
24/02/2016	12/04/2016

30/03/2016	20/04/2016
27/04/2016	13/07/2016
25/05/2016	
29/06/2016	

Fonte: Livro de atas do CMS de Nova Lima/MG.

## 2.2.2. Plano Municipal de Saúde e Relatório Anual de Gestão.

### Fato

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Nova Lima/MG apresentou o Plano Municipal de Saúde – PMS com vigor nos exercícios de 2014 a 2017. Tendo o mesmo sido encaminhado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde – CMS do município, por meio da Resolução nº 04 de 29/08/2014, em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 3º da Portaria GM/MS nº 2.135/2013:

*“Art. 3º O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera.*

(...)

*§ 2º O Plano de Saúde observará os prazos do PPA, conforme definido nas Leis Orgânicas dos entes federados.”*

O Plano Municipal de Saúde (PMS) e a Programação Anual de Saúde (PAS) servem como base para a execução, o acompanhamento e a avaliação da gestão do sistema de saúde e contempla todas as áreas da atenção à saúde, sendo instrumentos efetivos de compatibilização das necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos no município, visando otimizar o emprego dos recursos, na busca de melhores resultados para a área da saúde, além de trazer transparência e visibilidade na gestão da saúde, conforme determinam a Lei nº 8.080/1990, o Decreto nº 7.508/2011 e a Lei Complementar nº 141/2012.

O Ministério da Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 3.176/2008, art. 4º, inc. III, determina a apresentação do PAS e do Relatório Anual de Gestão (RAG) com estruturas semelhantes e periodicidade anual, sendo o primeiro de caráter propositivo e, o último, analítico/indicativo. A atual Portaria GM/MS nº 2.135/2013 também segue nessa orientação.

Realizou-se uma avaliação sobre o conteúdo e a estrutura do PMS 2014-2017, apresentado à equipe de fiscalização. Verificou-se que:

- a) A definição dos objetivos e diretrizes e a fixação de linhas de metas e indicadores são objetivos e suficientes em explicitar os compromissos da gestão municipal da área de saúde.
- b) As metas foram estabelecidas em expressões quantitativas que refletem a situação futura pretendida, ou seja, estabelecendo quantidades e prazos.

Quanto à Programação Anual de Saúde – PAS, que é o instrumento de operacionalização anual das intenções expressas no Plano de Saúde, cujo propósito é determinar o conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como da gestão do SUS, como definido no art. 4º, da Portaria nº 2.135/2011, houve elaboração da mesma para o

exercício de 2015. Com a ressalva final, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, da necessidade de reavaliação das metas de 2016, em virtude da alteração da situação financeira do município.

Em relação ao Relatório Anual de Gestão (RAG) de Nova Lima/MG, referente ao exercício de 2015, elaborado com o auxílio do Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão (SARGSUS), conforme art. 2º da Portaria GM/MS nº 575/2012, o mesmo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) para apreciação em 14/04/2016, atendendo plenamente os requisitos legais exigidos e cumprindo sua função de demonstrativo e de controle dos recursos transferidos ao Fundo Municipal de Saúde – FMS, conforme exigido pelo art. 33, § 4º da Lei nº 8.080/1990. Ressalta-se que nas considerações gerais do Relatório de Gestão/2015, foi informado que o relatório emitido pelo SARGSUS apresenta inconsistências no retorno de dados cadastrados, devido a inoperância desse sistema, além disso, inconsistências no SARGSUS não permitiram a inserção das observações referentes às metas não cumpridas, o que dificulta a análise por parte do CMS. O RAG/2015 foi inserido no SARGSUS em 30/03/2016, portanto, após o prazo legal instituído pela Lei Complementar nº 141/2012

Ressalta-se que o RAG é condição necessária à garantia da continuidade das transferências fundo a fundo dos recursos do Bloco da Atenção Básica, conforme estabelecido na Lei nº 8.142/1990, art. 4º, inciso IV.

A Lei Complementar nº 141/2012, art. 36 e incisos, determina ao gestor municipal a elaboração de um relatório quadrimestral detalhado, cujo conteúdo deve contemplar, necessariamente:

- o montante e a fonte dos recursos aplicados no período;
- as recomendações e determinações das auditorias realizadas ou em execução no período; e
- a oferta e a produção de serviços na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando tais dados com indicadores de saúde da população.

O Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas de Nova Lima/MG, elaborado conforme modelo padronizado, foi encaminhado para o Conselho Municipal de Saúde nas datas de 17/06/15, 25/11/15 e 17/03/16, conforme Resolução CNS nº 459, de 10/10/2012, e apresentado em audiência pública na Câmara Municipal nas datas de 20/10/15, 27/11/15 e 17/03/16, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, § 5º.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que o Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Nova Lima/MG vem realizando as atribuições que lhe são devidas e os instrumentos de planejamento (Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão) estão elaborados adequadamente e aderentes à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201602241

**Município/UF:** Nova Lima/MG

**Órgão:** MINISTERIO DO TURISMO

**Instrumento de Transferência:** Contrato de Repasse - 627300

**Unidade Examinada:** NOVA LIMA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos Financeiros:** R\$ 3.250.000,00

## 1. Introdução

Os trabalhos foram realizados junto à Caixa Econômica Federal e à Prefeitura de Nova Lima/MG em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal. A Ação de Controle teve como objetivo avaliar a adequação da gestão de contrato de repasse para implantação da 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima.

Para subsídio à realização dos trabalhos foram empreendidas as seguintes ações prévias:

- Solicitação da documentação pertinente à GIGOV – Gerência Executiva de Governo da Caixa Econômica Federal de Belo Horizonte/MG para análise da equipe de fiscalização da CGU-Regional/MG;

As ações de fiscalização desenvolvidas pela equipe da CGU-Regional/MG, ao longo dos trabalhos de campo realizados entre 25 e 28 de julho de 2016, constituíram-se basicamente de análise da documentação pertinente à contratação para implantação da 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima, bem como de visita ao local da obra.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1. Informações sobre o contrato de repasse para implantação da 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima.

##### Fato

Em 26 de junho de 2008, foi celebrado o Contrato de Repasse nº 254.502-20 (SIAFI nº 627300) entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Nova Lima, tendo como objeto a implantação da 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo

sustentável de Nova Lima, no valor de R\$3.250.000,00, sendo R\$2.925.000,00 oriundos do orçamento do Ministério e R\$325.000,00 relativos à contrapartida do Município.

Conforme o Plano de Trabalho do contrato de repasse, os recursos seriam destinados para execução dos seguintes trechos:

- Interseção da MG-030 com a av. Parque Rio de Peixe, estaca 0 a 18;
- Interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque Rio de Peixe;
- Execução da av. Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125.

Cabe mencionar que consta na planilha orçamentária apresentada à Caixa para aprovação do Plano de Trabalho, imediatamente acima das colunas de quantidade e preços dos serviços, a descrição “da interseção MG-030 e est. 0 à 18 (Av.R.Peixe)”.

Foi emitida, em 15 de maio de 2008, a nota de empenho nº 2008NE000274, no valor de R\$2.925.000,00 para a consecução do objeto do contrato de repasse.

Até 26 de julho de 2016, haviam sido emitidas duas ordens bancárias, descentralizando os recursos para a conta corrente específica nº 647.022-8, agência 134, Caixa Econômica Federal, totalizando 100% do valor pactuado, conforme quadro a seguir:

*Quadro – Ordens Bancárias emitidas para o  
Contrato de Repasse nº 254.502-20*

Data da emissão	Ordem Bancária	Valor (R\$)
06/05/2009	2009OB800177	425.000,00
04/12/2009	2009OB800894	2.500.000,00
TOTAL		2.925.000,00

Fonte: SIAFI (consulta efetuada em 25 de julho de 2016)

Para a execução do contrato de repasse, foi utilizada a Concorrência nº 014/2007, de 14 de janeiro de 2008, tendo como objeto: “contratação das obras de implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal, denominadas Avenida Parque Rio de Peixe e Avenida Parque Morro do Chapéu – Jardim Canadá”, tendo participado do certame licitatório as seguintes empresas:

*Quadro – empresas que participaram  
da concorrência 014/2007*

Empresas licitantes	CNPJ	Valor da proposta (R\$)
Construtora Cowan S/A	68.528.017/0001-50	104.995.739,31
Construtora Barbosa Mello S/A	17.185.786/0001-61	109.694.620,27
Construtora Andrade Gutierrez S/A	17.262.213/0007-80	113.335.671,74

Fonte: Ata de abertura das propostas

A Construtora Cowan S.A. (CNPJ nº 68.528.017/0001-50) foi contratada em 25 de janeiro de 2008 para execução das obras de implantação e infraestrutura das avenidas parque de integração municipal, denominadas “avenida Parque do Rio de Peixe” e “avenida Parque Morro do Chapéu – Jardim Canadá”, destinadas ao desenvolvimento econômico e do turismo sustentável da região Nova Limense, pelo preço de R\$104.995.739,31, conforme o Contrato nº 015/08.

Relativo à 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima, foram emitidas sete medições, correspondente a 51,45% do valor do repasse. No quadro a seguir estão demonstradas estas sete medições com a respectiva origem do recurso. Salienta-se que a 7ª medição foi paga exclusivamente com recursos próprios da Prefeitura Municipal, sem transitar pela conta corrente específica do contrato de repasse, elevando para 82,18% os serviços executados.

*Quadro – pagamentos totais efetuados para a 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima*

Medição	Nota fiscal	Data da nota fiscal	Valor da Medição (R\$)	Valor do repasse (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)
1	2010/14	27/01/2010	553.245,13	497.920,62	55.324,51
2	2010/165	20/12/2010	701.282,34	631.154,11	70.128,23
3	2010/167	20/12/2010	11.201,90	10.081,71	1.120,19
4	2011/46	11/04/2011	75.447,45	67.902,71	7.544,74
5	2011/48	11/04/2011	253.339,71	228.005,74	25.333,97
6	2011/49	11/04/2011	77.624,27	69.861,84	7.762,43
7	2012/450	27/12/2012	998.844,27	-	998.844,27
Total (R\$)			2.670.985,07	1.504.926,73	1.166.058,34
Total Contrato de Repasse n° 254.502-20 - 3ª etapa			3.250.000,00	2.925.000,00	325.000,00*1
Percentual de execução			82,18%	51,45%	88,08%*2

\*1 Embora a contrapartida tenha sido pactuada em R\$325.000,00, foram pagos pela Prefeitura Municipal o montante de R\$1.166.058,34, sem a celebração de termo aditivo ao contrato de repasse.

\*2 Percentual de execução da contrapartida considerando-se o montante total pago [1.166.058,34 / (325.000,00 + 998.844,27)].

Fonte: processos de pagamento.

Ainda foram identificados pagamentos de cerca de R\$341.307,57 a título de reajustamento contratual.

Em 25 de julho de 2016, o saldo da conta específica do contrato de repasse era de R\$2.266.873,71, aplicado em caderneta de poupança.

Quanto ao prazo de execução, desde o início da vigência, o contrato de repasse vem sendo sucessivamente prorrogado, sendo que a última prorrogação foi ex-officio e ocorreu em 17 de junho de 2016, alterando sua vigência para até 30 de dezembro de 2016, conforme Ofício n° 0530/2016/GIGOV/BH.

### **2.1.2. Informações sobre outros contratos de repasse para implantação da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima.**

#### **Fato**

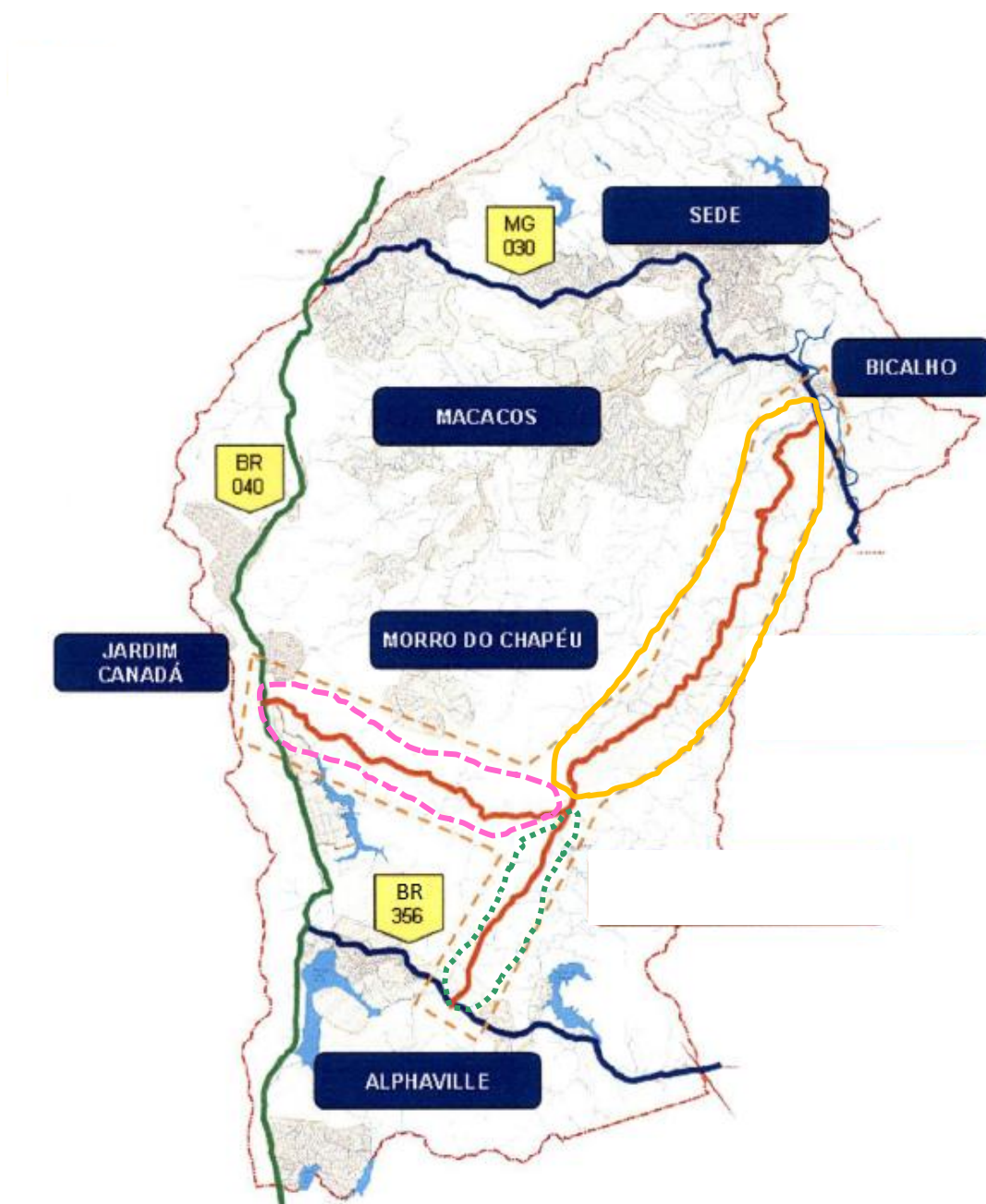


Outros dois contratos de repasse, nº 224.841-96 (SIAFI nº 595559) e nº 238.901-25 (SIAFI nº 609853), foram celebrados para implantação da 1ª e 2ª etapas da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima. Para execução destes contratos de repasse, foi utilizada a mesma licitação do Contrato de Repasse nº 254.502-20, ou seja, a Concorrência nº 014/2007.

Conforme o projeto da Concorrência nº 014/2007, seriam executados cerca de 39,3km de rodovias, ligando as rodovias federais BR-040/MG e BR-356/MG à rodovia estadual MG-030, da seguinte forma:

- Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu (estaca 0 a 780, comprimento total de 15.600m);
- Avenida Parque Morro do Chapéu (estaca 780 a 1.295+11,75, comprimento total de 10.311,75m);
- Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Morro do Chapéu – Alphaville (estaca 0 a 670+16,14, comprimento total de 13.416,14m).

Na figura a seguir são apresentados estes trechos.



- Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu (da MG-030 até o Morro do Chapéu)
- - - - - Avenida Parque Morro do Chapéu (do Morro do Chapéu até a BR-040)
- . . . . . Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Morro do Chapéu – Alphaville (do Morro do Chapéu até a BR-356)

Desta forma, o Contrato nº 015/08 firmado com a Construtora Cowan S.A., no valor de R\$104.995.739,31 cujo objeto foi definido como a execução das obras de implantação e infraestrutura das avenidas parque de integração municipal, denominadas “avenida Parque do Rio de Peixe” e “avenida Parque Morro do Chapéu – Jardim Canadá”, abrange a execução de 39,3km nestes três trechos.

No que tange aos contratos de repasse, o objeto do Contrato de Repasse nº 224.841-96 é a implantação da 1ª etapa da avenida integração e, conforme o Ofício nº 1758-F/2007/Ag.

Nova Lima/MG, de 06 de agosto de 2007, esta 1ª etapa compreende o trecho entre as estacas 18 a 36 da Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu. Já o objeto do Contrato de Repasse nº 238.901-25 é a implantação da 2ª etapa da avenida integração e compreende o trecho entre as estacas 36 a 100 da Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu (Ofício nº 2560-F/2007/Ag. Nova Lima/MG, de 05 de dezembro de 2007).

Conforme já informado, o Contrato de Repasse nº 254.502-20 (3ª etapa), objeto da presente fiscalização, compreende os seguintes trechos:

- Interseção da MG-030 com av. Parque Rio de Peixe, estaca 0 a 18;
- Interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque do Rio de Peixe (estaca 90);
- Execução da av. Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125.

Assim, os recursos dos três contratos de repasse seriam suficientes somente para a execução da interseção da MG-030 com av. Parque Rio de Peixe e do trecho compreendido entre as estacas 0 e 125 da Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu, que resultaria em uma distância de 2,5km, assim distribuídos:

*Quadro – etapas da avenida de integração*

Trecho	Etapa
Interseção da MG-030 com av. Parque Rio de Peixe, estaca 0 a 18	3ª etapa
Estaca 18 a 36	1ª etapa
Estaca 36 a 100	2ª etapa
Interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque Rio de Peixe (estaca 90)	3ª etapa
Execução da av Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125	3ª etapa

Na figura a seguir está representado este trecho (destaque no círculo amarelo).



Conforme os últimos Relatórios de Acompanhamento da Execução – RAE aprovados pela Caixa Econômica Federal, o valor total pactuado para os três contratos de repasse foi de R\$11.440.000,00, conforme o quadro a seguir.

*Quadro – dados dos contratos de repasse*

Nº Contrato de Repasse	Valor do repasse (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)	Valor Total (R\$)	Percentual de execução (RAE)	Data do último RAE
224.841-96	1.950.000,00	390.000,00	2.340.000,00	68,21%	02/2011
238.901-25	4.875.000,00	975.000,00	5.850.000,00	82,80%	12/2010
254.502-20	2.925.000,00	325.000,00	3.250.000,00	51,46%	02/2011
Total	9.750.000,00	1.690.000,00	11.440.000,00		

Fonte: RAE elaborados pela Caixa e constante dos respectivos processos dos contratos de repasse

Em 25 de julho de 2016, havia um saldo de R\$5.655.510,85 em conta poupança dos contratos de repasse das 3 etapas da avenida de integração, alocados nas seguintes contas:

*Quadro – saldos das contas*

Etapas	Número da conta corrente	Número da conta poupança	Valor (R\$)
1ª	647013-9	71271-0	1.356.925,93
2ª	647015-5	71430-6	92.947,70

		71573-6	1.401.890,65
		71612-0	536.872,86
3ª	647022-8	72166-3	2.266.873,71
Total (R\$)			5.655.510,85

Fonte: extratos das contas corrente específicas dos contratos de repasse em análise – 25 de julho de 2016

Por fim, destaca-se que os contratos de repasse das 1ª e 2ª etapas da avenida integração, nº 224.841-96 e nº 238.901-25 foram objeto de fiscalização pela CGU no âmbito da operação João de Barro em meados de 2008, conforme Relatório nº 212240/216140. Em tal ocasião, o processo licitatório não fora analisado, tendo em vista que a documentação havia sido apreendida pela Polícia Federal, em cumprimento ao Mandado de Segurança CPIN/STF nº 53976/2008. Naquela oportunidade fora constatado o seguinte:

- 2.1.2.1 - Ausência de documento que identifique o responsável pela aprovação do Plano de Trabalho no Ministério do Turismo.
- 2.1.2.2 - Contrato de Repasse e Plano de Trabalho sem a delimitação do objeto.
- 2.2.2.1 - Realização de licitação sem a existência de previsão de recursos orçamentários.
- 2.3.2.1 - Empreendimento financiado com recursos de Contrato de Repasse pode ter como maior beneficiado uma empresa privada.

### **2.1.3. Realização de débito indevido de R\$79.535,40 na conta específica do contrato de repasse para implantação da 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima.**

#### **Fato**

Em análise ao extrato bancário da conta específica do Contrato de Repasse nº 254.502-20, conta poupança nº 72166-3, vinculada à conta corrente nº 647.022-8, agência 134, Caixa Econômica Federal foi constatado um débito de R\$79.535,40 realizado em 18 de junho de 2010 sem correlação com as despesas efetuadas para realização do objeto do contrato de repasse.

Mediante a Solicitação de Fiscalização nº 201602241/02 a GIGOV/BH – Gerência Executiva de Governo da Caixa Econômica Federal de Belo Horizonte foi instada a informar o beneficiário deste débito e encaminhar os respectivos documentos de liberação do recurso (se fosse o caso). Em 19 de agosto de 2016, mediante o Ofício nº 755/2016/GIGOV/BH, o coordenador e o gerente de filial da GIGOV/BH apresentaram a seguinte justificativa:

*“1.2 O débito apontado no valor de R\$79.535,40 ocorreu indevidamente na conta de poupança de nº 0134.013.0072166-3 (vinculada ao CR 0254502-20 – 3ª Etapa), enquanto o correto seria debitar da conta de poupança nº 0134.013.0071271-0 (vinculada ao CR 0224841-96 – 1ª Etapa). Cabe aqui ressalva que são três contratos complementares, com execução concomitante, com mesmos executores, contas na mesma agência, que propiciaram a ocorrência apontada.*

*1.3 Com a apresentação da prestação de contas parcial daquela parcela desbloqueada, descobriu-se a movimentação indevida, onde foi solicitado os acertos devidos, fato que não ocorreu corretamente à época. Importa informar que o valor de R\$79.535,40 por não ter*

*retornado para a conta de origem, permaneceu na outra conta de poupança, portanto auferindo rendimentos financeiros. Ressaltamos que os contratos em questão estão vigentes.*

*1.4 Não obstante, por força do questionamento dessa CGU-MG, após analisados os fatos, identificados as incorreções, foi promovido os devidos acertos da movimentação financeira (com valores corrigidos) das contas envolvidas como descrito abaixo:*

- débito de R\$122.270,44 na conta de poupança nº 0134.013.0071271-0 e;
- crédito de R\$122.270,44 na conta de poupança nº 0134.013.0072166-3.”

Desta forma o valor referente a débito indevido foi corretamente devolvido a sua conta de origem.

#### **2.1.4. Divergência entre o plano de trabalho e a planilha orçamentária do contrato de repasse para implantação da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima.**

##### **Fato**

O Plano de Trabalho do Contrato de Repasse nº 254.502-20 previa que os recursos seriam destinados à execução dos seguintes trechos para a implantação da 3ª etapa da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima:

- Interseção da MG-030 com av. Parque Rio de Peixe, estaca 0 a 18;
- Interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque Rio de Peixe;
- Execução da av. Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125.

Ocorre que os quantitativos de serviços constantes na planilha orçamentária apresentada para a 3ª etapa são suficientes apenas para execução da interseção da MG-030 com a av. Parque Rio de Peixe, e a av. Parque Rio de Peixe da estaca 0 a 18. Destaca-se que no cabeçalho da referida planilha consta a expressão “da interseção MG-030 e est. 0 à 18 (Av.R.Peixe)”, não fazendo qualquer menção às metas relativas à “Interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque do Rio de Peixe” e “Execução da av. Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125”.

Ademais, a execução física do contrato de repasse é de 82,18% com intervenções apenas na interseção da MG-030 com a av. Parque Rio de Peixe e na av. Parque Rio de Peixe da estaca 0 a 18. Assim sendo, à época da celebração do referido instrumento de repasse, não havia recursos suficientes para execução da interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque Rio de Peixe e para a execução da av. Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125.

Diante disso, a planilha orçamentária apresentada foi divergente do Plano de Trabalho.

##### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 387, de 9 de novembro de 2016, a seguinte manifestação:



*“Quanto aos termos contidos na Ordem de Serviço 201602241 pertinente à Avenida de Integração, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOS) esclareceu a impossibilidade momentânea de atendimento deste particular ponto, tendo ponderado que “o período da respectiva avaliação ocorreu no período de 01/08/2016 a 05/08/2016”.*

*Asseverou ainda que os esclarecimentos e/ou relatos apresentados na respectiva ordem de serviço apontam para necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos.*

*Arrematou com o fato de que, com a transição de governo, esta atual Gestão tem encontrado enorme dificuldade em acessar documentos e outras informações relevantes que permitam o diagnóstico imediato do problema”.*

## **Análise do Controle Interno**

Primeiramente, cabe informar que o Relatório Preliminar foi encaminhado à Prefeitura em 27 de setembro de 2016 e que a atual gestão assumiu a Prefeitura Municipal de Nova Lima em 22 de setembro de 2016, após o então Prefeito ter seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tendo em vista que a atual gestão informou que não foi possível a apresentação de manifestação acerca das obras relativas à avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima, alegando *“a necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos”*, assim como a dificuldade de acesso aos documentos e informações, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”.

### **2.1.5. Ausência de funcionalidade da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima.**

#### **Fato**

Embora já tenha sido executado 82,18% do Contrato de Repasse nº 254.502-20 (3ª etapa), incluindo neste percentual a contrapartida adicional, o objeto ainda não foi totalmente cumprido e mesmo quando atingir 100% de execução o objetivo do programa não será atingido.

Conforme o Plano de Trabalho do contrato de repasse, os recursos seriam destinados para execução dos seguintes trechos na Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu:

- Interseção da MG-030 com a av. Parque Rio de Peixe, estaca 0 a 18;
- Interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque Rio de Peixe;
- Execução da av. Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125.

A interseção da MG-030 com a av. Parque Rio de Peixe, estaca 0 a 18, não foi totalmente concluída uma vez que parte da alça de ligação do ramo B da interseção não foi executada, por falta de licenciamento ambiental autorizando o corte de árvores existentes no local da via.

No projeto a seguir destaca-se este trecho não iniciado.



Fonte: Projeto da interseção da Avenida Parque Rio de Peixe com a MG-030 (em destaque, o trecho do ramo B não executado)

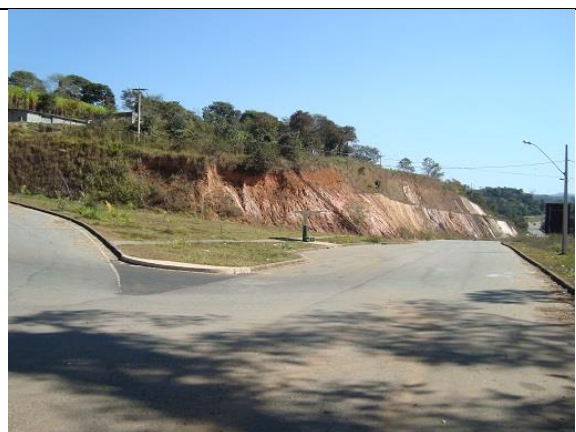


Foto – Interseção da Avenida Parque Rio de Peixe com a MG-030, Nova Lima (MG), 28 de julho de 2016.



Foto – Interseção da Avenida Parque Rio de Peixe com a MG-030 – parte não executada do ramo B, Nova Lima (MG), 28 de julho de 2016.

Já a interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque Rio de Peixe (estaca 90) e a execução da av Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125 não foram sequer iniciados. Cabe destacar que, embora estes dois itens estejam no Plano de Trabalho, no cabeçalho da planilha de orçamento da 3ª etapa consta o texto “da interseção MG-030 e est. 0 à 18 (Av.R.Peixe)” logo acima das quantidades e preços, dando a entender que os recursos seriam somente para a interseção e o trecho entre a estaca 0 a 18.

	
<p>Foto – Final do trecho executado da Avenida Parque Rio de Peixe – estaca 100, Nova Lima (MG), 28 de julho de 2016.</p>	<p>Foto – Centro de Treinamento da Prefeitura Municipal de Nova Lima, Nova Lima (MG), 28 de julho de 2016.</p>

Assim, foram executados no âmbito das três etapas (Contratos de Repasse, nº 224.841-96, nº 238.901-25 e nº 254.502-20 para implantação da 1ª, 2ª e 3ª etapas da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima) a interseção da MG-030 com a av. Parque Rio de Peixe e o pavimento da av. Parque Rio de Peixe da estaca 0 a 100, num total de cerca de 2km de extensão, detalhados no quadro a seguir.

*Quadro – situação das etapas da avenida de integração*

Trecho	Etapas	Situação
Interseção da MG-030 com a av. Parque Rio de Peixe, estaca 0 a 18	3ª etapa	Pavimento entre as estacas 0 a 18 executado e interseção com execução incompleta
Estaca 18 a 36	1ª etapa	Pavimento executado
Estaca 36 a 100	2ª etapa	Pavimento executado
Interseção do centro de treinamento do Villa com a av. Parque Rio de Peixe (estaca 90)	3ª etapa	Não iniciado
Execução da av. Parque Rio de Peixe, estaca 100 a 125	3ª etapa	Não iniciado



Foto – Vista geral da Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu, Nova Lima (MG), 28 de julho de 2016.

Conforme já informado, o projeto da Av. Parque Rio de Peixe e da Av. Parque Morro do Chapéu prevê a execução de cerca de 39,3km de rodovias, ligando as rodovias federais BR-040/MG e BR-356/MG à rodovia estadual MG-030.

Como foram executados somente 2km da Avenida Parque Rio de Peixe – trecho: Centro – Morro do Chapéu, a via não se tornou funcional, não cumprindo seu objetivo.

Este assunto foi abordado pela Caixa Econômica Federal em diversos comunicados internos e em comunicados com o gestor do programa, o Ministério do Turismo - MTur. Conforme o Ofício 1660/2014/GIDUR/BH, em 03 de setembro de 2014, a GIDUR (atual GIGOV – Gerência Executiva de Governo) apresentou para a GELEV – Gerência Nacional de Transferências Legais e Voluntárias da Caixa Econômica Federal as três alternativas seguintes para encerramento dos contratos de repasse, sendo que, para as alternativas 1 e 2, a alça de ligação do ramo B da interseção da Avenida Parque Rio de Peixe com a MG-030, integrante da 3ª etapa, deveria ser finalizada.

*“Alternativa 1 – o MTur autoriza o encerramento dos contratos considerando a inexistência da funcionalidade considerando o objeto inicial, uma vez que não foi concluída até o presente momento a interligação da estrada com a BR-040.*

*Alternativa 2 – o MTur autoriza a alteração do objeto contratual, considerando funcional a interligação da estrada até o Centro de Treinamento da Prefeitura Municipal de Nova Lima.*

*Alternativa 3 – abertura de TCE – Tomada de Contas Especial com a possibilidade de devolução dos recursos pela Prefeitura Municipal de Nova Lima.”*

No que tange a estas alternativas, o gestor federal (Ministério do Turismo) apresentou as seguintes respostas, conforme mensagem eletrônica de 06 de abril de 2015 do Coordenador-Geral de Monitoramento e Fiscalização do Ministério do Turismo:

*Alternativa 1: A legislação vigente veda a possibilidade do encerramento da execução de qualquer objeto sem que ele atinja a funcionalidade plena.*

*Alternativa 2: a legislação vigente veda a alteração do objeto pactuado.*

*Alternativa 3: De acordo com o disposto na legislação vigente, uma vez que, o objeto não será cumprido e não terá funcionalidade plena, nos parece a mais viável para o caso em comento.*

Após diversas tratativas entre a GIGOV, GELEV e MTur foi realizada reunião em 10 de setembro de 2015 com a participação da Prefeitura Municipal, na qual ficou acordado que a Prefeitura teria que formalizar uma proposta factível, contemplando soluções para a preservação do objeto contratado, para a adequada vinculação do viés turístico em eventual reformulação contratual e para a obtenção licença ambiental pendente visando a conclusão do ramo B da interseção da Avenida Parque Rio de Peixe com a MG-030.

Em 07 de outubro de 2015, mediante o Ofício GABIP nº 044/2015, a Prefeitura Municipal apresentou proposta para conclusão dos contratos de repasse. Como justificativas técnicas foram apresentadas as seguintes considerações:

- 1 – Integração municipal: transformação da via de acesso precária em via de integração;
- 2 – Patrimônio natural: ocupação ordenada das bacias dos ribeirões do Peixe e dos Macacos;
- 3 – Patrimônio cultural: possibilidade de visitar pequenas centrais hidrelétricas construídas no final do século XIX, além de mirantes e pontos de observação no trajeto da estrada;
- 4 – Funções complementares:
  - a) acesso ao centro de treinamento do município, usado em cooperação com o Villa Nova Atlético Clube;
  - b) acesso a um futuro “distrito de desenvolvimento sustentável” previsto no plano diretor;
  - c) ligação do modal rodoviário com a recomposição da estrada de ferro;
  - d) rota alternativa e complementar para o futuro aeroporto executivo no distrito de São Sebastião das Águas Claras;
  - e) caminho para chegada e passeios pela região de visitantes da APAC – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado;
  - f) em 2015 foi iniciada a construção da APAC feminina.

Consta ainda na documentação, o envio do Ofício nº 0452/2016/GIGOV/BH, de 31 de maio de 2016, para o Ministério Público Federal, informando que:

*“a CAIXA aguarda posicionamento do MTur quanto à aceitação da funcionalidade do empreendimento para fins de continuidade da operação, com posterior prestação de contas final. Caso não haja concordância do Gestor, será solicitada a devolução dos recursos ou aberto processo de tomada de contas especial – TCE”.*

Não consta no processo do contrato de repasse quais foram as demais medidas adotadas pelo Ministério do Turismo.

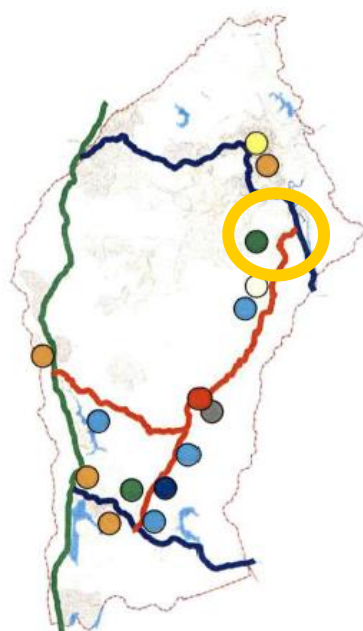
No que tange às justificativas técnicas apresentadas pela Prefeitura Municipal, as considerações acerca de integração municipal, patrimônio natural e patrimônio cultural não

prosperam, tendo em vista que somente 2km da av. Parque Rio de Peixe foram executados e que, para se tornarem viáveis tais potenciais turísticos e de integração, seria necessária a execução de toda a via, num total de 39,3km. Quanto às funções complementares, foi executado o acesso pavimentado ao centro de treinamento do município bem como o acesso às APAC masculina e feminina, embora as APAC estejam bem próximas da MG-030, com a ressalva que não existe viés turístico nestes três equipamentos. Ainda em relação às funções complementares, sem execução dos 39,3km de via, o acesso ao distrito de desenvolvimento sustentável, a ligação do modal rodoviário com a recomposição da estrada de ferro e a rota alternativa e complementar para o futuro aeroporto executivo também não atingirão o objetivo somente com os 2km de via executada.

Para ilustrar a ausência de funcionalidade do trecho executado, apresenta-se a figura a seguir, disponibilizada pela Prefeitura Municipal quando do encaminhamento do plano de trabalho para apreciação no documento intitulado “Implantação da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima”, com destaque nosso, para o trecho de 2km executado e que beneficiou somente o centro de treinamento do município.



## 6 – Potencial Turístico



- Novo C.T. e Estádio do Vila Nova
- Centro Histórico
- Comércio e Lazer
- Mirantes e Área de Lazer
- Hotel Fazenda
- Centro Empresarial
- Centro de Desenvolvimento Cultural
- 1ª Usina Hidroelétrica de Minas Gerais
- Campo de Golf

Fonte: implantação da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima (no círculo amarelo o destaque da parte da Av. Parque Rio de Peixe executada)

Ressalta-se que não havia recursos suficientes para execução dos 39,3km de rodovias, conforme apontado na Constatação 2.2.1 deste relatório.

### Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 387, de 9 de novembro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Quanto aos termos contidos na Ordem de Serviço 201602241 pertinente à Avenida de Integração, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos*

*(SEMOS) esclareceu a impossibilidade momentânea de atendimento deste particular ponto, tendo ponderado que “o período da respectiva avaliação ocorreu no período de 01/08/2016 a 05/08/2016”.*

*Asseverou ainda que os esclarecimentos e/ou relatos apresentados na respectiva ordem de serviço apontam para necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos.*

*Arrematou com o fato de que, com a transição de governo, esta atual Gestão tem encontrado enorme dificuldade em acessar documentos e outras informações relevantes que permitam o diagnóstico imediato do problema”.*

## **Análise do Controle Interno**

Primeiramente, cabe informar que o Relatório Preliminar foi encaminhado à Prefeitura em 27 de setembro de 2016 e que a atual gestão assumiu a Prefeitura Municipal de Nova Lima em 22 de setembro de 2016, após o então Prefeito ter seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tendo em vista que a atual gestão informou que não foi possível a apresentação de manifestação acerca das obras relativas à avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima, alegando “a necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos”, assim como a dificuldade de acesso aos documentos e informações, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”. Ainda, considerando todo o exposto, cabe ao Ministério do Turismo adotar as providências cabíveis para instauração da devida Tomada de Contas Especial.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1. Realização de licitação para implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal sem previsão de recursos orçamentários suficientes para execução do objeto.**

#### **Fato**

Para a realização da Concorrência nº 014/2007, cujo objeto era a “contratação das obras de implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal, denominadas Avenida Parque Rio de Peixe e Avenida Parque Morro do Chapéu – Jardim Canadá”, foi apresentada declaração da fonte de custeio e valor estimado por parte do então Secretário Municipal de Obras Públicas. Nesta declaração consta que o valor esperado para a contratação seria de aproximadamente R\$116.000.000,00, sendo R\$97.000.000,00 do Ministério do Turismo e R\$19.000.000,00 do orçamento do município.

Conforme já informado, para a realização de parte do objeto da avenida de integração, foram firmados três contratos de repasse entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal, totalizando R\$9.750.000,00 de recursos oriundos do Ministério, sendo R\$1.950.000,00 do Contrato de Repasse nº 224.841-96, R\$4.875.000,00 do Contrato de Repasse nº 238.901-25 e R\$2.925.000,00 do Contrato de Repasse nº 254.502-20. Assim, não havia previsão de recursos orçamentários suficientes que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes da obra, contrariando o inciso III, do § 2º do artigo 7º da Lei nº 8.666/93 e o art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000. Destaca-se ainda que à época da realização da licitação ainda não havia sido firmado o Contrato de Repasse nº 254.502-20.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 387, de 9 de novembro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Quanto aos termos contidos na Ordem de Serviço 201602241 pertinente à Avenida de Integração, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOS) esclareceu a impossibilidade momentânea de atendimento deste particular ponto, tendo ponderado que “o período da respectiva avaliação ocorreu no período de 01/08/2016 a 05/08/2016”.*

*Asseverou ainda que os esclarecimentos e/ou relatos apresentados na respectiva ordem de serviço apontam para necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos.*

*Arrematou com o fato de que, com a transição de governo, esta atual Gestão tem encontrado enorme dificuldade em acessar documentos e outras informações relevantes que permitam o diagnóstico imediato do problema”.*

### **Análise do Controle Interno**

Primeiramente, cabe informar que o Relatório Preliminar foi encaminhado à Prefeitura em 27 de setembro de 2016 e que a atual gestão assumiu a Prefeitura Municipal de Nova Lima em 22 de setembro de 2016, após o então Prefeito ter seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tendo em vista que a atual gestão informou que não foi possível a apresentação de manifestação acerca das obras relativas à avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima, alegando *“a necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos*

*licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos*”, assim como a dificuldade de acesso aos documentos e informações, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”.

### **2.2.2. Possível restrição à competitividade da licitação para implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal.**

#### **Fato**

Em análise ao processo licitatório da Concorrência nº 014/2007, foram detectadas situações que podem caracterizar restrição à competitividade do certame.

O item 8.6 do edital estipulou a realização de visita técnica ao local dos serviços para que os participantes pudessem constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos na data de 04 de janeiro de 2008 às 8:30h, na qual seria fornecido atestado de visita necessário à habilitação da licitante. Posteriormente, a Comissão de Licitação remarcou esta visita para 09 de janeiro de 2008, às 9:30h, em um estacionamento de um posto de gasolina localizado na BR-040 no bairro Jardim Canadá, em Nova Lima/MG. O TCU – Tribunal de Contas da União, mediante acórdãos exarados anteriormente ao edital desta licitação, admite a visita técnica como critério de habilitação, desde que tal exigência não venha acompanhada de condicionantes que resultem em ônus desnecessário às licitantes, tal como a visita com data e hora marcada (Acórdãos TCU nº 2028/2006 – 1ª Câmara e nº 874/2007 – Plenário). No Acórdão TCU nº 2150/2008 – Plenário, foi determinado que, para os casos em que a visita seja imprescindível, se deve evitar reunir os licitantes em data e horários marcados capazes de dar-lhes conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

Reitera-se que somente as empresas Construtora Cowan S/A, Construtora Barbosa Mello S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A apresentaram propostas para a licitação. Consta no processo licitatório apenas os atestados de visita técnica das mesmas, todos com data de 04 de janeiro de 2008, data esta diferente da remarcada pela Prefeitura, 09 de janeiro de 2008.

Cabe salientar que estas três empresas já atuaram em outras obras em conjunto, como por exemplo o Consórcio Cowan - Barbosa Mello (CNPJ: 07.645.951/0001-67), constituído em 21 de outubro de 2005 e baixado em 09 de junho de 2014 e via Consórcio Andrade Gutierrez - Barbosa Mello (CNPJ: 06.250.101/0001-05), constituído em 14 de abril de 2004 e baixado em 21 de junho de 2011.

A realização de visita técnica com hora marcada pode ter ocasionado o citado conhecimento prévio dos concorrentes destacado em acórdãos do TCU e restringido a competição do certame. Ademais, cabe salientar que há situações que indicam a possibilidade de conluio na elaboração das propostas das empresas Andrade Gutierrez e Barbosa Mello, conforme tratado em item específico deste relatório.

Destaca-se que, das 22 empresas que retiraram o edital da Concorrência nº 014/2007, nove apresentaram seguro para participação na licitação, conforme quadro a seguir. O item 8.4.1 do edital da Concorrência nº 014/2007 previa a apresentação da garantia de “*seriedade*” da proposta, no valor de 1% do orçamento da Prefeitura, até o 3º dia útil anterior à data da entrega das propostas. Tal fixação de data anterior à data da apresentação das propostas vem

sendo julgada irregular pelo TCU (item 9.2 do Acórdão TCU nº 557/2010 – Plenário). Como a data da apresentação das propostas era 14 de janeiro de 2008, o limite para apresentação desta garantia deu-se em 09 de janeiro de 2008.

Salienta-se ainda que, das nove empresas que apresentaram garantia, apenas três entregaram efetivamente suas propostas. As outras seis empresas incorreram em custos preliminares e desnecessários, tendo em vista que não participaram do certame. A Construtora Brasil S/A, por exemplo, teve um dispêndio de R\$1.922,21 para contratação do seguro garantia, apresentado na data limite fixada em edital, 09 de janeiro de 2008, mas não enviou sua proposta de preços.

*Quadro – Garantias apresentadas para participação na Concorrência nº 014/2007*

Empresa	CNPJ	Modalidade de garantia	Data de apresentação da garantia	Valor do Prêmio (R\$)
Empresa Construtora Brasil S/A	17.164.435/0001-74	seguro garantia	09/01/2008	1.922,21
Construtora Andrade Gutierrez S/A	17.262.213/0001-94	seguro garantia	09/01/2008	1.643,54
Construtora Cowan S/A	68.528.017/0001-50	seguro garantia	07/01/2008	1.915,41
Camter Construções e Empreendimentos	05.500.018/0001-76	seguro garantia	07/01/2008	1.906,86
Construtora Celi Ltda.	13.031.257/0001-52	seguro garantia	04/01/2008	1.868,01
Conserva de Estradas Ltda.	16.661.910/0001-55	carta fiança	04/01/2008	-
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	61.584.223/0001-38	carta fiança	04/01/2008	-
Construtora Barbosa Mello S/A	17.185.786/0001-61	carta fiança	27/12/2007	-
Egesa Engenharia S/A	17.186.461/0001-01	carta fiança	07/01/2008	-

Fonte: Processo licitatório.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 387, de 9 de novembro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Quanto aos termos contidos na Ordem de Serviço 201602241 pertinente à Avenida de Integração, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOS) esclareceu a impossibilidade momentânea de atendimento deste particular ponto, tendo ponderado que “o período da respectiva avaliação ocorreu no período de 01/08/2016 a 05/08/2016”.*

*Asseverou ainda que os esclarecimentos e/ou relatos apresentados na respectiva ordem de serviço apontam para necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos.*

*Arrematou com o fato de que, com a transição de governo, esta atual Gestão tem encontrado enorme dificuldade em acessar documentos e outras informações relevantes que permitam o diagnóstico imediato do problema”.*

## **Análise do Controle Interno**

Primeiramente, cabe informar que o Relatório Preliminar foi encaminhado à Prefeitura em 27 de setembro de 2016 e que a atual gestão assumiu a Prefeitura Municipal de Nova Lima em 22 de setembro de 2016, após o então Prefeito ter seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tendo em vista que a atual gestão informou que não foi possível a apresentação de manifestação acerca das obras relativas à avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima, alegando “*a necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos*”, assim como a dificuldade de acesso aos documentos e informações, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”.

### **2.2.3. Situações que indicam a existência de conluio de empresas na elaboração das propostas de preços da licitação para implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal.**

#### **Fato**

Comparando-se as propostas apresentadas pelas empresas Construtora Barbosa Mello S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, segunda e terceira colocadas no certame, verifica-se que é possível que as mesmas tenham sido elaboradas em conluio.

A planilha orçamentária é composta de 425 itens de serviço. Observou-se que em 343 itens de serviço, os preços unitários da Andrade Gutierrez tiveram entre 1,95% e 2,05% de desconto em relação ao orçamento da Prefeitura Municipal, sendo que em 206 itens o desconto foi de 2%. Já na proposta da Barbosa Mello, em 350 itens de serviço, o desconto no preço unitário em relação ao orçamento ocorreu em uma margem de 3,75% a 3,85% e em 201 itens foi de 3,80%.

Ocorre que foi constatado que as empresas Andrade Gutierrez e Barbosa Mello deram descontos destoantes destes padrões de 2% e de 3,80% nos mesmos itens de serviços das duas propostas, num total de 42 itens. Ou seja, analisando-se as propostas, constatou-se que na planilha orçamentária da Andrade Gutierrez, na maioria dos itens foi ofertado um desconto de 2% e na planilha da Barbosa Mello este desconto é de 3,8%. Quando a Andrade Gutierrez deu um desconto ou acréscimo destoante em algum item de serviço, a Barbosa Mello também deu um desconto ou acréscimo destoante neste mesmo item de serviço. Para

exemplificar, apresenta-se o quadro a seguir com parte da planilha orçamentária da Prefeitura em comparação com as propostas das empresas.

*Quadro – Comparativo de preços unitários entre o orçamento da Prefeitura Municipal e as propostas das empresas*

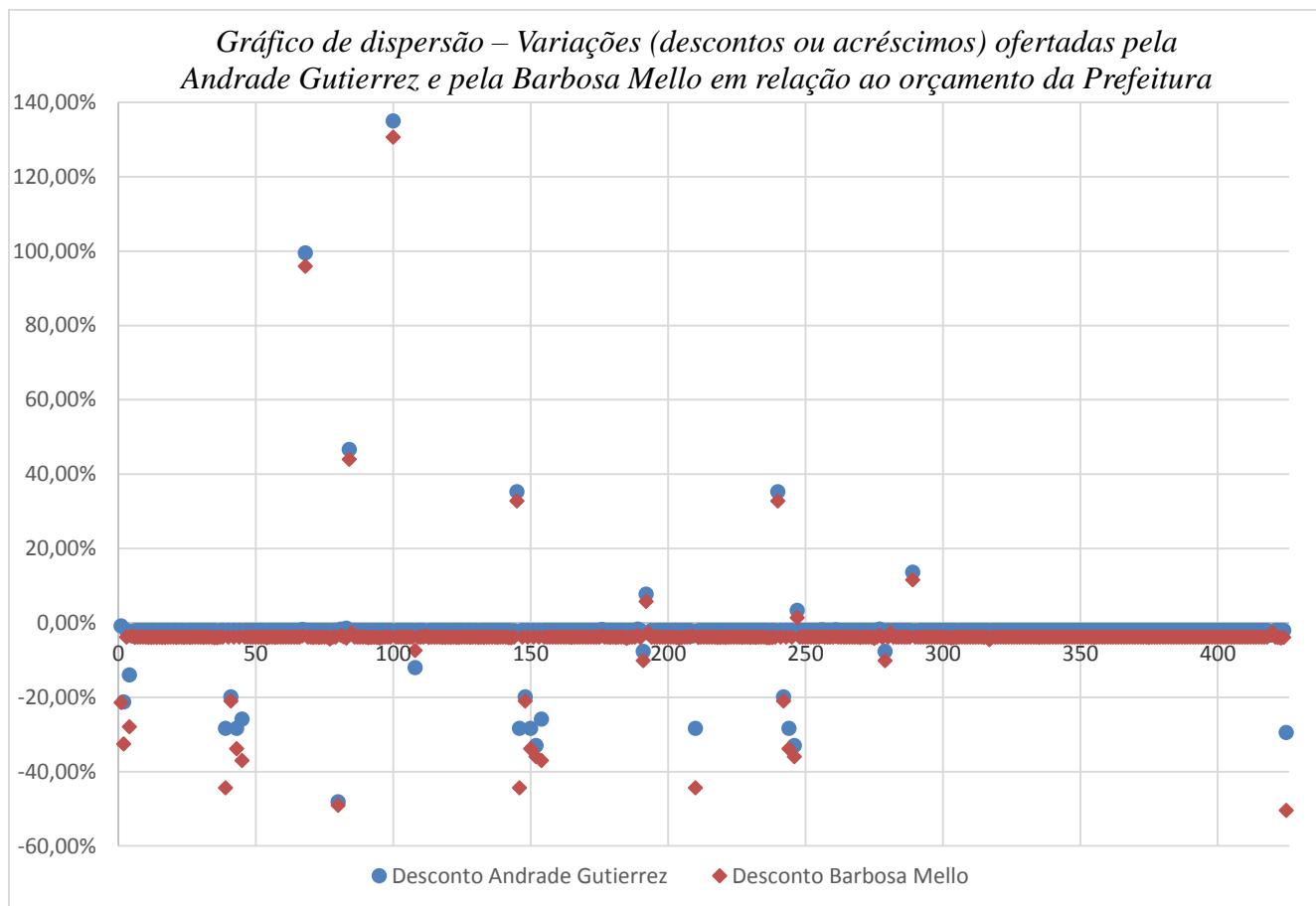
Item	Descrição	Unid.	Preço unitário orçamento da Prefeitura (R\$)	Preço unitário proposta da Andrade Gutierrez (R\$)	Variação do preço da Andrade Gutierrez sobre orçamento da Prefeitura	Preço unitário proposta da Barbosa Mello (R\$)	Variação do preço da Barbosa Mello sobre orçamento da Prefeitura
4.4.1	Tachão refletivo tipo SHTRG, com catadiótrico nas duas faces	un.	30,18	29,58	-1,99%	29,03	-3,81%
4.4.2	Tachão refletivo tipo SHTRG, com catadiótrico em apenas uma face	un.	27,55	27,00	-2,00%	26,50	-3,81%
4.4.3	Tacha refletiva tipo SHTRP, com catadiótrico nas duas faces	un.	9,58	9,39	-1,98%	9,22	-3,76%
4.4.4	Tacha refletiva tipo SHTRP, com catadiótrico em apenas uma face	un.	7,80	8,87	13,72%	8,71	11,67%
4.4.5	Setas e dizeres	m2	19,80	19,40	-2,02%	19,05	-3,79%

Fonte: elaborado pela equipe da CGU a partir de informações do edital de licitação e das propostas das empresas

Observa-se que para os itens 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3 e 4.4.5 o desconto ofertado pela Andrade Gutierrez foi da ordem de 2% e o desconto da Barbosa Mello foi próximo a 3,8%. Já no item 4.4.4, a Andrade Gutierrez ofertou um preço 13,72% acima do orçamento da Prefeitura e a Barbosa Mello apresentou o preço deste item 11,67% acima. Esta variação fora dos padrões de 2% e 3,8% ocorreu nos mesmos 42 itens de serviço das planilhas das duas empresas, apontando que as propostas teriam sido elaboradas conjuntamente.

No gráfico a seguir estão apresentadas as variações ofertadas pelas empresas em relação ao orçamento da Prefeitura Municipal, demonstrando visualmente o desconto de 2% e 3,8% bem como a correlação entre os descontos diferentes do padrão de 2% para os itens na proposta da Andrade Gutierrez com os descontos diferentes do padrão de 3,8% na proposta da Barbosa Mello. Destaca-se ainda que em todos os itens ofertados com preço acima do orçamento da Prefeitura (itens na parte superior do gráfico), este acréscimo foi bem próximo em ambas as propostas, como por exemplo no item 2.6.1.12 – Concreto betuminoso usinado a quente (com material betuminoso) cuja proposta da Andrade Gutierrez foi 135,04% acima do preço da Prefeitura e o preço da Barbosa Mello foi 130,72% acima e o item 3.1.8 – Compactação manual de aterros (com soquete) cujos acréscimos foram de 35,84% e 32,83%, respectivamente.





Acrescenta-se ainda que o coeficiente de correlação linear entre as variações das propostas é de 0,983, sendo 0 a ausência de correlação e 1,0 equivalente a 100% de correlação entre as variações de preços apresentadas nas propostas.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 16698/2016/NAC/MG/Regional/MG-CGU, de 22 de setembro de 2016, a Prefeitura Municipal de Nova Lima apresentou, por meio de Ofício nº 387, de 9 de novembro de 2016, a seguinte manifestação:

*“Quanto aos termos contidos na Ordem de Serviço 201602241 pertinente à Avenida de Integração, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOS) esclareceu a impossibilidade momentânea de atendimento deste particular ponto, tendo ponderado que “o período da respectiva avaliação ocorreu no período de 01/08/2016 a 05/08/2016”.*

*Asseverou ainda que os esclarecimentos e/ou relatos apresentados na respectiva ordem de serviço apontam para necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos.*

*Arrematou com o fato de que, com a transição de governo, esta atual Gestão tem encontrado enorme dificuldade em acessar documentos e outras informações relevantes que permitam o diagnóstico imediato do problema”.*

### **Análise do Controle Interno**

Primeiramente, cabe informar que o Relatório Preliminar foi encaminhado à Prefeitura em 27 de setembro de 2016 e que a atual gestão assumiu a Prefeitura Municipal de Nova Lima em 22 de setembro de 2016, após o então Prefeito ter seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tendo em vista que a atual gestão informou que não foi possível a apresentação de manifestação acerca das obras relativas à avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima, alegando “*a necessidade de rastreabilidade de evidências e justificativas apresentadas na gestão política anterior junto aos processos licitatório, contratual e aos agentes financiadores dos recursos*”, assim como a dificuldade de acesso aos documentos e informações, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado, haja vista as seguintes constatações:

- 2.1.4. Divergência entre o plano de trabalho e a planilha orçamentária do contrato de repasse para implantação da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima
- 2.1.5. Ausência de funcionalidade da avenida de integração e desenvolvimento do turismo sustentável de Nova Lima.
- 2.2.1. Realização de licitação para implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal sem previsão de recursos orçamentários suficientes para execução do objeto.
- 2.2.2. Possível restrição à competitividade da licitação para implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal.
- 2.2.3. Situações que indicam a existência de conluio de empresas na elaboração das propostas de preços da licitação para implantação das Avenidas Parque de Integração Municipal.

.